

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS  
FINANCEIROS**

**Tatiana Guerino Marson**

**PANORAMA DA CADEIA PRODUTIVA DO TRIGO NA REGIÃO  
DE LONDRINA-PR SOB A PERSPECTIVA DE PRODUTORES,  
CEREALISTAS E COOPERATIVAS**

**Porto Alegre - RS  
2011**

**Tatiana Guerino Marson**

**PANORAMA DA CADEIA PRODUTIVA DO TRIGO NA REGIÃO  
DE LONDRINA-PR SOB A PERSPECTIVA DE PRODUTORES,  
CEREALISTAS E COOPERATIVAS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Domingos Padula

**Porto Alegre - RS  
2011**

**Tatiana Guerino Marson**

**PANORAMA DA CADEIA PRODUTIVA DO TRIGO NA REGIÃO  
DE LONDRINA-PR SOB A PERSPECTIVA DE PRODUTORES,  
CEREALISTAS E COOPERATIVAS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Conceito final:

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. .... – Instituição

---

Prof. Dr. .... – Instituição

## **RESUMO**

O trigo sempre ocupou posição relevante na agricultura brasileira, mas a partir da década de 90, com a liberação e mudanças econômicas, o padrão de intervenção estatal estabeleceu entre os produtores um desestímulo no cultivo desse cereal, levando a um aumento da dependência brasileira do trigo estrangeiro. Com redução da intervenção estatal surgiram novas formas de comercialização, como os Contratos de Opção e Prêmio para Escoamento do Produto (PEP). O presente estudo apresenta um breve histórico da cultura de trigo, a política de subsídios, os instrumentos de comercialização, bem como sua importância atual no Brasil e no Paraná. A política agrícola atual carece de melhores instrumentos de apoio a comercialização e particularmente de suporte a uma estratégia de segurança. Além disso, o estudo também identificou os elos e agentes envolvidos na cadeia produtiva do trigo na região de Londrina, no Estado do Paraná, com ênfase nas principais estratégias de comercialização sob a ótica dos produtores, cerealistas e cooperativas.

Palavras chaves: Cadeia produtiva de trigo, Comercialização, Abastecimento.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 01 - Cadeia produtiva brasileira de trigo .....	15
Gráfico 01 - Rendimento Médio trigo safra 2010/2011 nas regiões Paranaenses .....	30
Gráfico 02 - Origem das Importações Brasileiras de Trigo 2008 a Jan-Set 2011 .....	31
Gráfico 03 - Evolução dos preços médios nominais recebidos pelos produtores no PR nos anos de 2007 a 2011 .....	32
Gráfico 04 - Preços médios nominais recebidos pelos produtores no PR entre setembro de 2010 a 2011.....	33
Gráfico 05 - Tamanho da área das propriedades dos entrevistados.....	38
Gráfico 06 – Número de pessoas residentes nas propriedades rurais.....	39
Gráfico 07 - Área plantada de trigo em kg/ha - 20 produtores entrevistados nas últimas três safras .....	39
Gráfico 08 - Rendimento médio do trigo em kg/ha .....	42
Gráfico 09 - Alternativas de financiamento da produção .....	43
Gráfico 10 - Comercialização da produção de trigo dos produtores entrevistados .....	46
Gráfico 11 - Fator para a escolha da empresa para comercialização.....	47
Gráfico 12 - Forma de comercialização utilizada pelos produtores rurais entrevistados	48
Gráfico 13 - Fatores de preferência dos moinhos do trigo importado ao trigo nacional na ótica dos produtores .....	51
Gráfico 14 - Instrumentos de comercialização oferecida pelo Governo Federal utilizados pelos produtores entrevistados.....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Área plantada, produção e produtividade de Trigo no Brasil, por Estado e Região – Safra 2010/2011 .....	28
Tabela 02 - Área, produção e produtividade de trigo no Paraná, por núcleo Regional safra 2010/2011 .....	29
Tabela 03 - Balanço de oferta e demanda de trigo no Brasil .....	30
Tabela 04 - Identificação, caracterização, porte e produtividade média das áreas cultivadas/empresas/cooperativas dos entrevistados.....	35
Tabela 05 - Área plantada de trigo nos anos de 2007 a 2010 em há .....	40
Tabela 06 - Área total plantada de trigo pelos produtores entrevistados nos anos de 2008 a 2011 em ha.....	40
Tabela 07 - Venda da produção de trigo – Cerealistas e Cooperativas entrevistadas ....	46

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>10</b>
2.1.	OBJETIVO GERAL.....	10
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
4.1.	CADEIA PRODUTIVADE TRIGO NO BRASIL .....	12
4.2.	PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL .....	16
4.3.	A POLITICA DE SUBSIDIOS DO TRIGO .....	17
4.4.	POLITICAS GOVERNAMENTAIS NA PRODUÇÃO DE TRIGO .....	19
4.5.	ENTRAVES NO SETOR TRITICOLA E A SEGURANÇA ALIMENTAR .....	21
4.6.	O MERCADO DE TRIGO ATUAL NO BRASIL .....	26
4.7.	O AGRONEGÓCIO DO TRIGO NO ESTADO DO PARANÁ .....	27
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>34</b>
5.1	CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO .....	34
5.2	COLETA DE DADOS .....	35
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
6.1	ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE TRIGO NA REGIÃO DE LONDRINA .....	38
<b>6.1.1</b>	<b>Caracterização das Propriedades entrevistadas .....</b>	<b>38</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Panorama da Produção de Trigo na Região de acordo com os entrevistados ...</b>	<b>39</b>
6.2	ANÁLISE DE COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO.....	45
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS. ....</b>	<b>56</b>
	<b>ANEXO A INSTRUMENTO DE PESQUISA - PRODUTORES RURAIS .....</b>	<b>59</b>
	<b>ANEXO B INSTRUMENTO DE PESQUISA -</b> <b>CEREALISTAS/COOPERATIVAS .....</b>	<b>63</b>

<b>ANEXO C INSTRUMENTO DE PESQUISA - MOINHOS .....</b>	<b>65</b>
--	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

O trigo, consumido por praticamente todos os povos, é um dos cereais mais cultivados no mundo, sendo considerado um produto estratégico na segurança alimentar em muitos países. Entretanto, sua produção é insuficiente para atender toda a demanda nacional, sendo que o Brasil é um dos principais importadores de trigo no mundo. Os estados do Rio Grande do Sul e em especial o estado do Paraná se destacam na produção do trigo, este apresenta a maior produção e maiores rendimentos.

A cultura do trigo apresenta alto risco de produção, em decorrência de intempérie climática e risco de mercado, pois os preços internos do trigo são fortemente influenciados pelo valor das cotações internacionais e do câmbio. Assim, a comercialização do trigo encontra dificuldades tanto na questão do preço do produto quanto na qualidade do grão exigido pelos moinhos.

O Brasil importa trigo principalmente da Argentina, Uruguai e Paraguai e em menor escala do Canadá e Estados Unidos (ABITRIGO, 2011). As importações de trigo da Argentina são privilegiadas em relação aos Estados Unidos pela incidência de tarifa de importação estabelecida pelos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

No passado o Brasil teve posição de destaque na produção de trigo mas devido a diversos fatores, como a pragas, como a ferrugem, políticas governamentais e principalmente a consolidação do MERCOSUL como Zona de Livre Comércio, acabaram desestimulando o plantio e aumentando a dependência brasileira da importação deste grão.

Dentro os agravantes da situação do trigo no Brasil podem ser destacados o baixo índice de produtividade e os elevados custos de produção, ocasionados principalmente pelo clima desfavorável do país, que exige altos investimentos em agroquímicos. O custo é um dos fatores de competitividade do trigo argentino. O baixo custo de produção da lavoura se deve aos solos férteis daquele país.

De acordo com Brum (2005), o trigo nacional vem enfrentando problemas na produção, comercialização e na sua viabilidade econômica. A falta de competitividade com o trigo argentino e a facilidade de importação do trigo argentino pode ser um dos problemas da comercialização do trigo.

O Estado do Paraná é o principal produtor de trigo do Brasil, com produtividade superior a média nacional. Segundo dados da Deral/Seab, na safra 2010/2011 houve redução

da área plantada de trigo de 13% em comparação a safra anterior. Essa redução de área muito se deve as dificuldades encontradas na produção e comercialização do trigo no Brasil e no Estado do Paraná. Essa redução de área do trigo vem ocorrendo desde a década de 90, e em grande parte foi substituída pelo milho safrinha. Portanto, além da concorrência externa, o trigo divide espaço com o milho.

Ao procurar entender os desafios da produção da cultura do trigo, o estudo direcionou-se pelo seguinte problema: Como tem se organizado a cadeia produtiva do trigo na região de Londrina estado do Paraná sob a perspectiva de alguns elos produtivos da cadeia.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

Caracterizar a organização atual da cadeia produtiva do trigo na região de Londrina – PR sob a perspectiva dos produtores, cerealistas e cooperativas ligados à cadeia.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Descrever a forma de produção e comercialização do trigo na região de Londrina sob a ótica dos entrevistados.

Descrever as principais dificuldades encontradas na produção e comercialização do trigo na região de Londrina.

Identificar os principais desafios da cadeia do trigo sob a perspectiva dos elos estudados.

### 3 JUSTIFICATIVA

O trigo juntamente com o milho e o arroz, são os cereais mais consumidos no mundo e fundamentais na alimentação humana. O grão de trigo é uma excelente fonte de carboidratos, proteínas e fibras, sendo que é responsável por cerca de 20% das calorias provenientes dos alimentos consumidos pelo homem. O trigo em forma de pão e de outros derivados é um dos alimentos imprescindíveis no hábito alimentar e por isso é considerada uma cultura estratégica em muitos países.

Em relação à produção, o trigo é a segunda cultura de grãos em nível mundial, sendo superado apenas pelo milho. Apesar do Brasil não ser auto-suficiente na produção de trigo e depender fortemente de trigo importado para atender o consumo interno, a região de Londrina no estado do Paraná, tem apresentado alto desempenho no agronegócio, com destaque na produção de trigo no estado do Paraná nos últimos anos.

No Brasil, muitas instituições que financiam o crédito rural demonstram necessidade de melhor compreensão dos problemas e desafios enfrentados na cadeia produtiva do trigo.

Sendo assim, justifica-se o estudo e a análise do panorama atual da cadeia produtiva do trigo na região de Londrina – PR sob a perspectiva dos produtores, cerealistas e cooperativas ligados à cadeia a fim de conhecer os desafios estabelecidos na cadeia ao identificar as principais dificuldades encontradas pelos produtores rurais paranaenses na produção e comercialização deste grão. Além de contribuir para melhor compreensão das relações entre os produtores agrícolas e os demais elos da cadeia produtiva do trigo, e verificar os principais meios de comercialização utilizados nos elos da cadeia.

O presente estudo visa demonstrar que apesar das dificuldades enfrentadas na produção e comercialização do trigo, tais como instabilidade de preços, qualidade de grãos aquém do exigido pelos moinhos, risco elevado na condução da lavoura devido a intempéries climáticas, a cultura deste cereal é de extrema importância para a auto-suficiência deste cereal no Brasil.

## 4 REVISÃO DA LITERATURA

Este Capítulo tem como objetivo descrever a história do trigo no Brasil e das intervenções governamentais, bem como discorrer sobre cadeia produtiva, o agronegócio do trigo e as alternativas de comercialização do grão.

### 4.1 CADEIA PRODUTIVA DO TRIGO

A maioria dos produtos agropecuários é matéria-prima para outros segmentos da economia e não produto final, ou seja, é base para um grande conjunto de atividades. Assim, o conceito de agronegócio envolve todas as empresas que produzem, processam e distribuem produtos agropecuários. Este conjunto de processos e instituições ligadas por objetivos comuns constitui um sistema que, por sua vez engloba outros sistemas menores. O sistema maior é o chamado agronegócio (DAVIS; GOLDBERG, 1957 *apud* CASTRO, 2000)

Segundo Castro (2000), o conceito de *agribusiness* ou negócio agrícola é o conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agrofloretais, envolvendo também serviços de apoio, com o objetivo de suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e florestal.

Cadeia produtiva foi definida por Castro (2000), como o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais.

De acordo com Batalha e Silva (2007, p. 12), “o conceito de Sistema Agroindustrial, é o conjunto das atividades realizadas da produção de insumos até o produto final ao consumidor”.

Zylbersztajn (2000, p. 2), destaca que o conceito de sistemas agroindustriais é tratado por vários estudiosos com diferentes enfoques, porém apresentam como denominador comum a percepção de que as relações verticais de produção, ao longo das cadeias produtivas, devem servir de balizador para a formulação de estratégias empresariais e políticas públicas.

Os autores Batalha e Silva (2001) apresentam a distinção entre os termos Sistema Agroindustrial e Sistema Agroalimentar. De acordo com estes autores, a expressão Agroindustrial inclui atividades que lidam com madeira, fibras vegetais, couro entre outros,

sendo mais ampla que o termo Agroalimentar, que engloba todas as firmas que tem como atividade principal a geração de alimentos.

Os estudos sobre Sistemas Agroindustriais (SAGs) apresentam duas principais abordagens teóricas: uma delas com origem nos Estados Unidos foi proposta inicialmente por Davis e Goldberg em 1957. A outra de origem francesa refere-se ao conceito de Cadeia (*filière*).

Os estudos desenvolvidos por Davis e Goldberg, sob a ótica do CSA centralizavam as transformações por que passam os produtos, sugerindo uma lógica de encadeamento das atividades. Considerava ainda, o enfoque sistêmico, os aspectos institucionais, o papel do Estado, as mudanças tecnológicas, o perfil de coordenação e características de integração vertical, bem como as relações contratuais. Destaca-se que os estudos focalizam um único produto em uma determinada localização geográfica (ZYLBERSTAJN, 2000). Conforme cita Batalha e Silva, por essa abordagem, a cadeia do agronegócio deve ser analisada a partir de uma matéria prima (soja, trigo entre outros)

Nesta vertente do CSA, Goldberg (apud ZYLBERSTAJN, 2000) redefine *agribusiness* como:

Um sistema de commodities engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio.

O conceito de cadeia (*filière*) agroalimentar aborda a sequência de atividades que transforma uma *commodity* em um produto pronto para o consumidor. Morvan (1985 apud ZYLBERSTAJN, 2000 p. 9) define cadeia (*filière*) como

uma sequência de operações que conduzem a produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos, capaz de assegurar sua própria transformação.

Essa abordagem da cadeia de produção agroindustrial é segmentada em três fases: comercialização (inclui as empresas atacadistas e de varejo), industrialização (empresas que transformam *commodities*) e produção de matérias primas (agropecuária em geral). A análise das cadeias de produção pela escola francesa parte sempre do produto acabado em direção à matéria prima de origem (Batalha 2001).

Os dois modelos focalizam o processo produtivo e possuem caráter descritivo. Embora haja diferença quanto ao ponto de partida da análise nas duas escolas, ambas abrangem a inserção dos conceitos de interdependência e complementaridade dentro da cadeia em suas diversas partes. Dessa maneira, partindo-se do produto final ou da matéria prima, as partes componentes do todo na cadeia de produção agroindustrial devem ser objetos de análise e estudo na sua integralidade.

Conforme Castro (2000), o conceito de cadeia produtiva como sistema requer o conhecimento de seus limites, objetivos, componentes, entradas, saídas e interações. Os subsistemas da cadeia são elos que cumprem objetivos entre estes, o de suprimento da matéria prima, transformação de insumos em produtos, o processamento, a comercialização e o consumo. Os elos são: os fornecedores de insumos, o sistema produtivo agrícola, a agroindústria, a comercialização atacadista, a comercialização varejista e o mercado consumidor. Sendo que o objetivo final de uma cadeia é suprir o consumidor final de produtos em qualidade e quantidade compatíveis com as suas necessidades.

De forma sintética, Batalha (2001, p.65) demonstrou que a cadeia produtiva agroindustrial, apresenta variações, segundo o tipo de produto e o objetivo de análise, e pode ser segmentada, de jusante a montante, em três macros segmentos, nem sempre facilmente identificável:

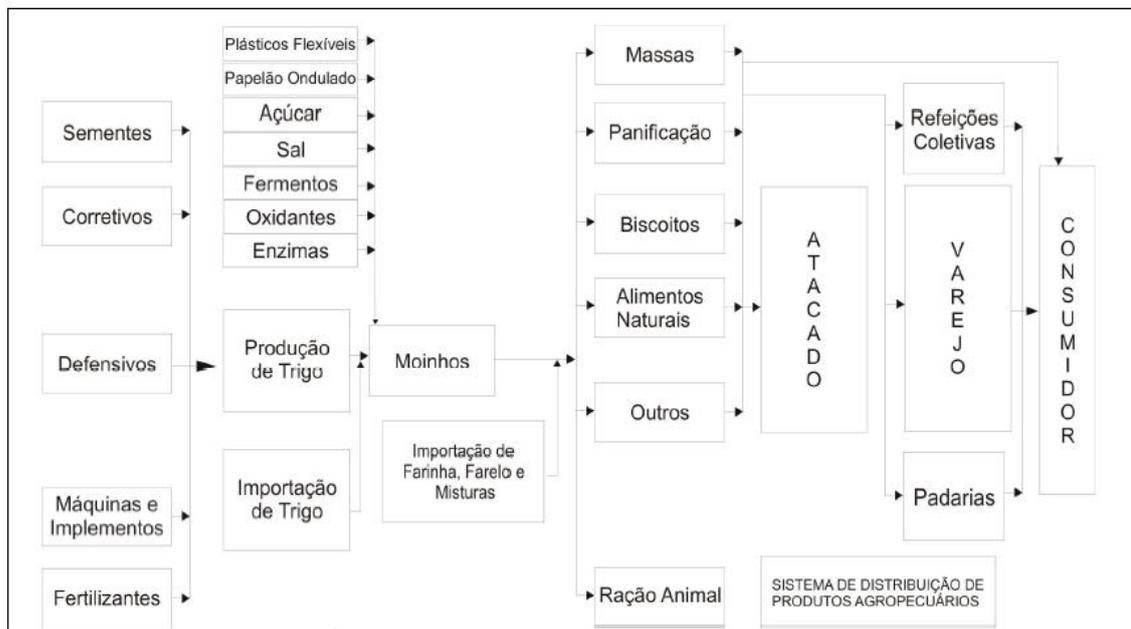
a comercialização: que representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção, viabilizando o consumo e o comércio dos produtos finais;  
 a industrialização: que representa as organizações responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor;  
 a produção de matérias-primas: que são as organizações que fornecem as matérias-primas iniciais para que as outras organizações continuem o processo de produção do produto final.

Além dos elos ligados a cadeia vertical de produção, pode-se ainda identificar organizações que prestam serviços de apoio e pesquisa ao agronegócio, este conjunto de organizações constitui-se do ambiente organizacional da cadeia Batalha (2001).

Segundo Brum & Muller (2008), a cadeia do trigo é dividida em insumos, produção, moinhos, transformação/distribuição e consumo.

Na Figura 01 se observa todas as principais agentes econômicos da cadeia e produtos integrantes da SAG do trigo, desde o fornecimento dos insumos até a distribuição dos produtos no varejo:

**Figura 01 – Cadeia produtiva brasileira de trigo**



Fonte: Rossi (2004)

Os principais insumos utilizados na cultura de trigo são sementes, máquinas e implementos, defensivos agrícolas, fertilizantes e corretivos de solo. O setor de sementes no Brasil é dominado por empresas públicas, Embrapa e IAPAR (IAPAR em nível do Estado do Paraná), e empresas privadas nacionais, notadamente cooperativas (COODETEC, entre outras) (CANZIANE, 2004).

O segundo elo da cadeia é representado pela produção agrícola. O trigo produzido que não é destinado para semente, é vendido na sua maior parte para as cooperativas e, uma menor parte para os intermediários (como as cerealistas) e moinhos. A produção de trigo entregue às cooperativas é comercializada junto aos moageiros ou adquirida pelo governo para formação de estoques (COLLE, 1998)

Segundo Rossi (2004), no mesmo nível da produção agrícola encontra-se as importações de trigo-pão. Como a produção interna não é suficiente para atender a demanda, grande parte do trigo utilizado pelos moinhos é proveniente de outros países.

O terceiro elo é formado pelo beneficiamento primário, que ocorre nos moinhos. Após a moagem do trigo, obtém-se, conjuntamente, o farelo que é destinado à indústria de rações e a farinha, que é destinada principalmente ao consumo humano.

O quarto nível é composto pela pelo segundo processamento de industrialização, a farinha é destinada a indústria de biscoitos, de massas e de panificação, sendo que estas

absorvem em torno de 80% da farinha de trigo produzida, sendo os 20% restantes consumidos diretamente pelo consumidor final. A distribuição dos produtos finais ocorre no quinto e sexto elo. No quinto elo se dá diretamente através do setor atacadista e no sexto do varejo. E, por fim, o último elo o dos consumidores finais. (SILVA 1996).

#### 4.2 PRODUÇÃO DE TRIGO NO BRASIL

O trigo (*Triticum spp.*), uma gramínea presente em todo o mundo, possui em torno de 30 tipos geneticamente diferenciados, porém o trigo com as características que o conhecemos na atualidade é o resultado da combinação genética de três espécies antepassadas. Este processo de seleção foi aperfeiçoado por vários séculos pelos próprios lavradores e mais recentemente pelos cientistas, através de aperfeiçoamento genético produzindo sementes cada vez mais produtivas e de melhor qualidade (ABITRIGO, 2011).

Segundo a legislação Brasileira entende-se por trigo os grãos provenientes da espécie *Triticum aestivum* L. e *Triticum durum* L., o primeiro utilizado para panificação e o último na produção de macarrão e outras massas. A classificação do trigo se dá em função dos seus requisitos de identidade (espécie do produto) e da qualidade (força do glúten, estabilidade, peso do hectolitro, número de queda e tolerância de defeitos do grão) (MAPA, 2011). Em relação à introdução deste cereal no país, segundo Carmo (1911), existem evidências de que provavelmente as primeiras sementes de trigo tenham sido expedidas por Martin Affonso de Souza junto com outros grãos que os portugueses usavam.

A lavoura de trigo no Brasil somente adquiriu importância econômica em meados do século XVIII, primeiramente com os Açorianos por volta de 1740, depois em 1824, com os imigrantes alemães que mantiveram o plantio do cereal e por fim com os imigrantes italianos, em 1875, que vieram para o Rio Grande do Sul, trazendo um novo impulso a triticultura brasileira (CUNHA, 2000). No século XIX a produção de trigo quase foi extinta, devido a problemas de inadequação ao clima, ferrugens, falta de mão de obra e farinha advinda de outros países a preços mais baratos (BRUM, 2005).

Contudo, em 1912, recomeçam as pesquisas com o trigo no Brasil a partir da criação do primeiro campo experimental de trigo no Rio Grande do Sul, sendo em 1919 criados mais dois Institutos de pesquisa do trigo: a Estação Experimental de Ponta Grossa no Paraná e a

Estação Experimental de Alfredo Chaves Atualmente Veranópolis no Rio Grande do Sul (ROSSI, 2004). O objetivo da criação destes centros de pesquisa foi fomentar pesquisas e tecnologias necessárias para viabilizar novamente a cultura de trigo no país.

Por ser um produto importante à segurança alimentar nacional, a produção do trigo foi durante muitas décadas subsidiada pelos governos federais através de políticas específicas. No item a seguir esta questão será detalhadamente explorada.

#### 4.3 A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS DO TRIGO

A triticultura brasileira passou por forte intervenção estatal, via subsídios, no período de 1930 até 1990. Este período caracterizou-se por volumosos investimentos estatais, com o objetivo de adotar no país uma estrutura competitiva para a produção de trigo (CUNHA, 2000).

Elencam-se três formas de intervenção governamental no agronegócio: a tributação, os subsídios e as barreiras (ARAÚJO, 2005). Os subsídios são entendidos como valores pagos diretamente pelo governo ao setor específico. No caso dos produtores, busca-se garantir a renda mínima pelo trabalho, por meio de aquisições de parte ou toda a produção, muitas vezes por um preço inferior ao de custo (ABITRIGO, 2011).

Diversos tipos de subsídios foram executados para incentivar o plantio e a comercialização do trigo, Colle (1998) *apud* Pedro, Calsavara e Protil (2010) e ABITRIGO (2011) destaca os fatos mais importantes, sendo:

- a) Autorização da concessão anual de 1.500 cruzeiros aos Sindicatos e Cooperativas que cultivassem o cereal, isentando de impostos aduaneiros as máquinas, ferramentas agrícolas e insumos para produção com o Decreto nº 2.049 de 31 de dezembro de 1908.
- b) Em Março de 1918, o Decreto nº 12.896 designa prêmios em máquinas agrícolas aos agricultores produtores de trigo que, naquele ano ou ano seguinte conseguisse rendimento superior a 15 hectolitros por hectare.
- c) Decreto nº 19.559 de janeiro de 1931, estabelece comissão para estudar medidas e limitar as compras do exterior. Uma das medidas tomadas foi sugerir a aumento de tarifas alfandegárias até o limite de 20%.
- d) Com a Lei nº 470, de 1º junho de 1937, os moinhos foram obrigados a consumir pelo menos 5% do trigo nacional em relação ao trigo estrangeiro. Instituiu prêmio de 10 cruzeiros por tonelada ao produtor que tivesse produtividade acima de 1000 kg/ha e 15 cruzeiros aos que atingissem produtividade acima de 1500

kg/ha. Oferecendo fornecimento de requisição para transporte gratuito nas estradas de ferro e linhas de navegação somente para sementes de trigo destinadas ao plantio, abatendo 60% do transporte da produção do trigo nacional.

- e) Em Dezembro de 1938, o Decreto-Lei nº 955. Obriga a aquisição do trigo nacional pelos moinhos, estabelecendo um preço mínimo para o trigo.
- f) Em 1944, criou-se o decreto 6.170, instituindo o serviço de Expansão do trigo – SET, com o intuito de superar as dificuldades no abastecimento decorrentes da reduzida produção doméstica e problemas com a importação. Posteriormente o governo proibiu a importação de farinhas e instituiu a obrigatoriedade da aquisição de trigo nacional em determinada proporção ao do importado com cotas proporcionais as capacidades de moagem.

Em decorrência da comercialização do trigo ser feita de particular para particular, ocasionou-se fraude do processo por vários moinhos. As moageiras falsificavam a capacidade de suas instalações com o intuito de obter maiores cotas de trigo. Na época os noticiários apelidaram o episódio de “trigo papel”. A partir de 1952, o Governo Federal resolveu que o Banco do Brasil, via CACEX, se transformasse no único fornecedor de trigo em grãos importados para os moinhos brasileiros (ABITRIGO, 2011).

Em 1967 com Decreto-Lei nº 210, estava decretado o monopólio estatal de compra e venda do trigo em grão, entregue aos moinhos sob o regime de cotas proporcionais às capacidades instaladas dos moinhos (ABITRIGO, 2011). Determinava aquele normativo que o Banco do Brasil seria o executor da política de comercialização. A partir destes incentivos, houve um aumento da área cultivada no país, pois essa estrutura de comercialização permitia a garantia de compra de toda a safra nacional, preços previamente fixados pelo governo federal antes do plantio, pagamento à vista, política de preços acima do mercado internacional e elevados subsídios ao consumidor de farinha de trigo. Esta fase durou até 1990, quando o governo Collor abriu a economia revogando o decreto-lei 210/67, acabando com toda política de subsídios do setor (TOMASINI *et al.*, 1998).

Em 1973, para conter as repercussões inflacionárias da alta internacional do trigo, o governo adotou uma política de subsídio ao consumo de farinhas, sujeitando o Tesouro Nacional a arcar com prejuízos na comercialização (MORAES, 1997).

Segundo Queiroz (QUEIROZ 2001, *apud* BENINI; BACHA, 2010), a partir da década de 80, o Governo Federal criou políticas de preços mínimos mais atraentes aos produtores com garantia de compra da produção total, além disso, criou e disponibilizou aos agricultores linhas de crédito subsidiadas. Essa medida visava alcançar a auto-suficiência, sendo que em 1988 as importações alcançaram níveis inferiores a 15% de seu consumo total.

Contudo, a presença estatal na triticultura encerrou-se em 1990, com a aprovação da Lei 8.096 que acabou com o sistema de cotas de moagem e o monopólio da União na comercialização. A partir do momento, que o estado parou de intervir na cadeia produtiva do trigo, inicia-se uma nova fase na triticultura brasileira, surgindo vários problemas ligados a comercialização do trigo, sendo pouco o apoio governamental dado ao complexo agroindustrial da cadeia do trigo, como será visto no parágrafo abaixo.

#### 4.4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA PRODUÇÃO DO TRIGO

Até os anos 90, as políticas governamentais nos mercados dos produtos agrícolas no Brasil, eram exercidas através dos planos anuais de safra e da PGPM. Conforme descreve Delgado *et al* (2005 p. 27), os instrumentos interventivos nos mercados agrícolas se davam em duas vias: a) fomentar ex-ante a produção setorial (ou subsetorial), antecipando preços de garantia, crédito de custeio a taxas favorecidas e formas diversas de seguro de produção ou seguro de crédito e, b) planejar condições específicas de comercialização dessa produção, objeto do fomento, mediante arranjos da política cambial (café e açúcar – anos 1960/1970); formação de estoques aos preços de garantia e/ou provisão do crédito de comercialização.

A partir de meados da década de 90, houve significativas alterações na política governamental adotada pelo Brasil, cuja principal mudança foi a redução física de estoques, através de mecanismos de garantia de preço sem formação de estoques (DELGADO 2005). Devido ao processo de abertura comercial vivenciado a partir do início da década de 90 o setor tritícola sofre um profundo impacto que modifica consideravelmente o setor, houve mudanças significativas na política comercial, agrícola e cambial, sendo: abertura da economia, desregulamentação do setor e a efetivação do MERCOSUL (PEROSA 2007 *apud* PEDRO; CALSAVARA; PROTIL, 2010).

Com o fim do controle estatal na compra e venda do trigo, os produtores passam a ter de concorrer com os produtos importados. O preço do trigo passa a seguir as cotações da bolsa de Chicago e a utilizar instrumentos de comercialização, compondo o grupo de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, situação em que se mantém até hoje.

O objetivo da PGPM é proteger a renda do setor agrícola, estimular a produção de alimentos básicos atendendo ao mercado interno e formar estoque, além de reduzir o risco de

preço enfrentado pelos produtores. Segundo Canziane (2004, p 113), " A PGPM foi criada através do Decreto Lei nº 79 de 19-12-66, que atribui à União a responsabilidade de normatizar, fixar os preços mínimos e executar as operações de financiamento (EGF) e aquisição dos produtos amparados (AGF)". Através da PGPM, o governo utiliza de mecanismos de apoio a comercialização e garantia de preços, tais como AGF, EGF, PEP, PEPRO, Contrato de Opção de Vendas Públicas de produtos Agrícolas, e PROP, sendo que a CONAB o principal órgão executor desta política (MAPA, 2011).

A partir do Plano Safra de 1995-1996 com o objetivo de se adaptar à nova realidade e na busca da estabilização dos preços sem intervenções diretas, e da ampliação da abertura comercial, o governo Federal introduziu modificações na política de comercialização agrícola. Extinguiu-se o EGF com opção de venda e introduziu novos mecanismos que adotam a prática de pagamentos diferenciados entre o preço mínimo e o preço de mercado (BITENCOURT *et al.*, 2008).

Segundo Conceição (2008), até o ano de 1995, a Política de Preços Mínimos, era baseada na intervenção passiva com formação de estoques públicos de alimentos ao preço mínimo. O Estado intervinha quando o preço de mercado se situasse abaixo do preço mínimo, comprando o excedente. Entretanto, se o preço de mercado estivesse muito alto, definido por um critério de preço de intervenção (preço de liberação de estoque - PLE) o governo desmobilizava estoque.

O AGF - Aquisição do Governo Federal é um dos instrumentos de comercialização, utilizado como estratégia na comercialização do trigo. Trata-se da venda direta do produto agrícola ao governo pelo preço mínimo, resultando na formação de estoques reguladores e estratégicos (CONAB, 2011).

Outra política governamental é a possibilidade do produtor armazenar produto com crédito oficial, que é obtido através do instrumento de EGF (Empréstimo do Governo Federal), nas modalidades com opção de venda (EGF/COV) praticamente em extinção, e a modalidade sem opção de venda (EGF/SOV), disponível apenas para os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O EGF é um financiamento de comercialização baseado no preço mínimo do produto, na qual o próprio produto é a garantia (penhor) da operação e possibilita ao produtor vender o produto na entressafra (CANZIANE, 2004)

Desde a década de 90, o volume de produto adquirido pelo governo pelo mecanismo de AGF e EGF é pequeno, ambos substituídos por instrumentos de menor custo para o estado,

como o PEP. Atualmente o PEP tem sido o principal incentivo na comercialização do trigo. Atualmente o PEP tem sido o principal incentivo na comercialização do trigo.

O Prêmio para escoamento de Produtos – PEP foi criado em 1996 e ganhou impulso a partir de 2004, devido aos preços pagos aos produtores rurais estarem abaixo do preço mínimo. Com este instrumento o governo promove o escoamento da região produtora para consumidora sem gerar estoques e importações, além de garantir ao produtor o preço mínimo. O PEP consiste uma subvenção econômica concedida pelo Governo (prêmio), via leilão público àqueles que adquirem o produto indicado pelo Governo, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor do preço mínimo, promovendo seu escoamento para os locais de consumo (CONAB, 2011).

O Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícolas funciona como um seguro contra a queda de preços. Trata-se de um contrato negociado pelo Governo que permite ao produtor ou a cooperativa, vender sua produção para os estoques públicos, em data futura, por um preço previamente estabelecido, preço de exercício da opção (MAPA, 2011). Conforme Conceição (2002), o preço de exercício da opção, é o preço mínimo acrescido dos custos de armazenamento entre o período de lançamento da opção até seu vencimento, podendo, entretanto, ser fixada acima desse preço.

O Prêmio Equalizador Pago ao Produtor - PEPRO -constitui-se de uma subvenção econômica paga ao produtor quando o preço de mercado estiver abaixo do mínimo, referente à diferença entre o preço de sua venda ao mercado e o preço mínimo.

O PROP Prêmio de Opção de Venda do Governo é muito semelhante ao contrato de opção de Venda do Governo, a diferença é o lançamento das opções por empresas privadas interessadas em comprar o produto, sendo que o Governo garante a operação dentro de determinados limites (MAPA, 2011).

Em 2008, o Governo Federal, divulga o plano quinquenal para o desenvolvimento da cadeia produtiva do trigo, visando o fortalecimento da triticultura nacional e conceder elementos aos produtores e industriais para construir um planejamento de longo prazo para suas atividades. De acordo com o ministro da agricultura da época, Sr. Reinhold Stephanes, o intuito do plano é o aumento da produção até alcançar a auto-suficiência (OCEPAR, 2011).

#### 4.5 ENTRAVES DO SETOR TRITÍCOLA E A SEGURANÇA ALIMENTAR

Até a abertura da economia brasileira, a política agrícola de formação de estoques e de importação era controlada por intervenção governamental, sendo que a importação ocorria somente quando os estoques eram insuficientes. Após a abertura da economia, as importações ocorreram mesmo com a existência de grandes proporções de estoques públicos de alimentos (CONCEIÇÃO, 2009).

Na visão de Ramos (2009) com a abertura comercial e a reestruturação da economia brasileira pós Real, os instrumentos de apoio e a manutenção dos estoques públicos, tornaram-se onerosos, inviabilizando a política da PGPM. Com isso, as políticas de crédito e de preço mínimo passaram por reformulações, com o nível de apoio oficial ao setor agrícola, sendo substancialmente substituídos pelos mecanismos de subvenção comercial, através de Contratos de Opção e PEP.

Segundo Conceição (2008, p 7), “a política agrícola atual, através dos Planos Anuais de Safra, não possui no seu todo, instrumentos de apoio à comercialização e particularmente de suporte a uma estratégia de segurança alimentar por dentro da política de fomento agrícola.” Além disso, a saída do Governo Federal da política de estoques, provocou a desorganização do sistema, o sucateamento dos equipamentos públicos e o fim de um modelo operacional considerado internacionalmente como referência.

Conceição (2009) observa que a abertura comercial deu impulso a importação de commodities nos regimes de baixa ou nula tarifa, câmbio supervalorizado e liquidez externa abundante. Como consequência o padrão baixista dos preços trouxe efeitos negativos sobre a produção e o emprego rural. Ainda segundo a mesma autora, o preço mínimo ao produtor passou a funcionar como um seguro de preço e a atuação governamental não objetivou a formação de estoques públicos de alimentos, comprometendo os pressupostos da segurança alimentar. A manutenção de estoques públicos de alimentos é condição necessária para prover condições seguras e estáveis ao abastecimento alimentar da população, com acesso irrestrito das pessoas aos alimentos a preços estáveis e em bases equitativas.

O trigo, por ser considerado essencial na alimentação humana e por ser um dos alimentos mais consumidos no mundo, é uma cultura estratégica para muitos países. No ano de 2010 foi consumido cerca de 10,4 milhões de toneladas de trigo no Brasil (CONAB, 2011).

O principal produto agropecuário importado pelo Brasil é o trigo, mesmo sendo produzido internamente, o país não é auto-suficiente. No ano de 2010 o Brasil importou em torno de 6 milhões de toneladas de trigo em grãos e cerca de 650mil toneladas de farinha de

trigo, sendo que a produção interna de trigo atingiu 5,81 milhões de toneladas neste mesmo ano (CONAB, 2011).

O Governo Brasileiro, sempre utilizou medidas governamentais para incentivar a produção nacional de trigo. Destaca-se a década de 60, quando o trigo foi considerado produto de segurança alimentar, sendo utilizado pelo governo o controle da produção, comercialização e industrialização do trigo, buscando substituir as importações visando a auto-suficiência. A constante interferência no mercado de trigo pelos Governos se deve a importância do trigo para a segurança alimentar.

Com o fim do intervencionismo estatal, a comercialização do trigo passou a ser livre, ocorrendo o estímulo da concorrência, em vista da abertura do mercado, com alguns grandes produtores mundiais como a Argentina, Estados Unidos e Canadá, ofertando produto com melhores vantagens competitivas, melhor preço e qualidade.

De acordo com Brum (2008), a partir da liberação do mercado, as cooperativas, passaram a comercializar o trigo comprando dos cooperados, no sistema balcão e no sistema de lotes. Atualmente, o trigo adquirido pelas cooperativas, é destinado aos moinhos, parte para o Governo, através dos leilões PEP e outros mecanismos, e raramente ocorre a exportação do trigo.

Ainda segundo o mesmo autor, as maiores dificuldades que os cooperados e as cooperativas enfrentam na comercialização do trigo, são; a instabilidade do mercado, com preços geralmente baixos; baixa liquidez, devido à falta de priorização na compra do trigo nacional; dificuldade de enquadrar o produto nacional no padrão exigido pela indústria; importação constante sem uma política governamental para o trigo nacional.

Um dos fatos que prejudica a produção e comercialização de trigo nacional é a concorrência muito forte com o produto importado. O trigo proveniente dos países do MERCOSUL possui isenção de taxa de importação, ou seja, o trigo oriundo dos países do bloco está livre da incidência da Tarifa Externa Comum (TEC), de 10,0% e do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 25% sobre o frete (CAFÉ, 2003).

Café (2003) afirma que não há nenhum acordo específico para o trigo, quota de importação, ou obrigatoriedade de importação dos países do MERCOSUL, prevalecendo às regras livres de mercado, porém com a isenção dos custos de importação, as compras do bloco ficam mais baratas.

O custo de produção do trigo da Argentina, que é nosso principal exportador, é mais baixo do que o custo do trigo brasileiro. Segundo estudos de Maggiani e Felipe (2009, p 13), o

principal fator competitivo do trigo na Argentina comparado ao Brasil, está relacionado ao custo agrícola. O custo unitário para se produzir trigo na Argentina representa 40% do custo observado no Brasil. Segundo os mesmos autores, no ano de 2008, na Argentina o custo do plantio convencional do trigo foi de U\$210,65/há, e a lavoura via sistema de plantio direto, o custo foi de U\$194,75/há. Já o custo via plantio direto no estado do Paraná foi de U\$ 527,55/há e no Rio Grande do Sul U\$471,24/há para o mesmo período.

De acordo com Oliveira, Carvalho e Oliveira (2006, p.8), outro fator que leva a dependência do trigo importado, é a possibilidade de um maior prazo de pagamento do trigo adquirido pelos moinhos:

o trigo importado pode ser adquirido com cartas de crédito - documentos creditícios emitidos pelos bancos que garantem a solvência da obrigação do importado ao exportador, regidas pelas brochuras emitidas pela *International Chamber of Commerce* (ICC)- exigíveis com prazos superiores há 365 dias, o que na prática representa um folga de caixa de mais de um ano para os estabelecimentos moageiros girarem os insumos importados e gerarem os recursos necessários à solvência de suas obrigações.

Os mesmos autores também apresentam como motivo que leva a dependência do Brasil ao trigo importado o fato dos países produtores de trigo concederem subsídios aos seus produtores, fazendo com que o preço de venda seja menor que o custo da produção. De acordo com Born e Gunn (2001) *apud* PEDRO et al (2010), os subsídios afetam a segurança alimentar e a seguridade ambiental planetária, visto que os subsídios criam situações injustas que impedem a criação de empregos e atividade econômica nos países em desenvolvimento. O mesmo autor cita o exemplo do Brasil, onde é mais barato importar trigo do que promover o seu cultivo ambientalmente adequado.

Segundo BORN e GUNN (2001) *apud* PEDRO et al (2010, p.17):

Os Europeus justificam seus subsídios distorcidos baseados em conceito de relevância ambiental, fundiária, social e cultural: a multifuncionalidade do espaço rural, essencial para a valorização da paisagem, de bens e tradições culturais e históricas a até o controle demográfico, mitigando o êxodo rural.

Desde a abertura econômica em 1990, o Brasil questiona junto a OMC- Organização Mundial do Comércio, que os Estados Unidos tem excedido os limites de gastos acordados na OMC para subsídios agrícolas. Essa disputa na OMC contra subsídios tem gerando muitas divergências, porém nenhum acordo definitivo tem sido firmado. (PEDRO 2010).

De acordo com BRUM (2008), a produção de trigo no país também é prejudicada pela alta tributação que incide sobre o trigo nacional. A carga tributária aplicada sobre o trigo no

Brasil é superior quando comparada a praticada pelo MERCOSUL e Comunidade Econômica Européia.

As vantagens logísticas do trigo importado em relação ao trigo nacional, também é outro fator de desvantagem do trigo nacional. Devido ao grande volume transacionado de grãos, que requer transporte de maior porte, como marítimo e o ferroviário, em detrimento do transporte rodoviário, muitos moageiros brasileiros, estão estabelecidos em zonas portuárias. A Argentina possui cerca de 3.000 km de vias navegáveis, sendo que sua rede de hidrovias é utilizada para o escoamento da produção agroindustrial por diversos portos privados.

De acordo com Oliveira, Carvalho e Oliveira (2006, p.10):

Em contrapartida, para adquirir o trigo nacional, os estabelecimentos moageiros encontram grandes problemas para o transporte do produto das regiões produtoras aos portos, transporte este feito quase sempre por rodovia ou ferrovia, sendo que ambos os modos de transportes encontram-se esgotados no Brasil, em função da má conservação de rodovias e estradas de ferro e ausência de investimentos. Além disto, solvido o problema de dispor o cereal nos portos, o importador encontrará outro problema, que é a falta de oferta suficiente de afretamento de navios para a navegação de cabotagem, entre os portos sulistas (onde se concentra a maior parte da produção nacional) e as demais regiões consumidoras brasileiras.

Outro fator que afeta a competitividade o trigo nacional é a qualidade e padronização do trigo brasileiro. As condições climáticas desfavoráveis levam a um elevado investimento em agroquímicos, além disso, prejudica a qualidade e a produtividade do trigo. Por isso, a qualidade do trigo nacional também é um dos argumentos das indústrias moageiras pela preferência do trigo importado. O trigo argentino possui qualidade superior ao brasileiro, pois naquele país há uma preferência pelo grão tipo pão melhorador. Os principais concorrentes do trigo argentino são a Austrália, Canadá e Estados Unidos, com qualidade do grão superior ao grão argentino (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

A concorrência com o trigo argentino faz com que os moinhos prefiram a compra do produto estrangeiro. O trigo nacional acaba sendo entregue muitas vezes as fabricas de rações. Esse absurdo é bem definido nas palavras de Hoffman (2000, p.23): “ Não há duvida de que quando um cereal nobre é destinado às aves e aos suínos, enquanto parcela significativa da população passa fome, algo está errado.”

Em 2005 o Brasil, ocupava a sétima posição no ranking mundial de importadores, com cerca de 5 milhões de toneladas importadas, saltou em 2007 para a segunda posição, com um volume importado de 7,5 milhões de toneladas, um aumento de 49,1% em relação a 2005. O Brasil é o nono maior consumidor mundial de trigo, bem como o segundo país que, em termos

percentuais, mais aumentou seu consumo entre 2006 e 2007. No Brasil consumimos cerca de 53 kg per cápita por ano, sendo que a média mundial é de 66 kg por ano. Segundo o USDA, a demanda mundial de trigo deve aumentar 50% nos próximos 30 anos (EPAGRI, 2011 p.153).

#### 4.6 O MERCADO DE TRIGO ATUAL NO BRASIL

De acordo com Canziane (2004), entre os anos de 1986 a 1990, a cultura de trigo se manteve acima dos 3,2 milhões de hectares, sendo que em alguns anos deste período o Brasil chegou a atingir a auto-suficiência na produção de trigo. Isto ocorreu à custa dos pesados subsídios federais e pelo monopólio da comercialização pelo Governo Federal com consequente tabelamento oficial dos preços do trigo em todos os níveis de mercado (preços do trigo em grão ao produtor, preços da farinha no atacado e preços do pão ao consumidor).

Com a liberalização do mercado, no início do Governo Collor, a falta de competitividade do trigo nacional frente ao importado, fez cair os preços internos, diminuindo a área plantada no país de aproximadamente 3,2 milhões de hectares em 1990 para pouco mais de 1 milhão de hectares em 1995 (CANZIANE, 2004).

Conforme Moraes (1997), a abertura das importações trouxe as seguintes conseqüências para o setor: envolvimento dos agricultores com diversas atividades que até então eram desconhecidas, tais como armazenagem, conservação, transporte e a comercialização do grão; acirramento da concorrência com alguns grandes produtores mundiais, ofertando o produto em condições competitivas e com melhor qualidade; antecipação de oferta do trigo argentino, devido à colheita naquela região se efetivar antes da brasileira.

Em 1991, com o advento do MERCOSUL e particularmente a partir da consolidação do Bloco como Zona de livre-comércio (1995) a Argentina se consolida definitivamente como o principal fornecedor brasileiro de trigo.

A partir da década de 90, com o fim do controle estatal e abertura econômica, houve a redução da produção do trigo no Brasil, aumentando a dependência externa do cereal. Além disso, a baixa competitividade do setor, também influencia negativamente na produção de trigo, pois o trigo brasileiro comparado ao argentino enfrenta sérias limitações tecnológicas, condições de solo e clima desfavorável e custo de produção elevado. Assim diante dessas circunstâncias, cresce a importação para suprir a necessidade interna (PEDRO *et al.*, 2010).

No período de 1995 a 1999 a área cultivada de trigo no Brasil, continuou baixa, oscilando entre 1,1 a 1,7 milhões de hectares, devido à valorização do Real frente ao Dólar, que favoreceu as importações. A partir de 1999, com a desvalorização do Real frente ao Dólar, a área cultivada voltou a crescer em função do maior preço interno. A área plantada passou de 1,2 milhões de hectares em 1999 para mais de 2,1 milhões de hectares da safra 2010 (CONAB, 2011)

O consumo anual de trigo no Brasil tem oscilado entre 10,2 a 10,8 milhões de toneladas no período de 2004 a 2009, sendo que a maior parte do consumo foi atendida por produto importado. Neste mesmo período o estoque oscilou de 2,32 milhões de toneladas a 1,61 milhões de toneladas (ABIMA, 2011). Os grãos produzidos são utilizados como alimentação animal, produtos integrais, sementes e fabricação de farinha. Grãos para a produção de farinha são os que conseguem a melhor cotação no mercado. O consumo de trigo pela indústria se divide em 55% para panificação, 17% para uso doméstico, 11% para biscoitos, 15% para massas e 2% para outras finalidades (EPAGRI, 2011).

A Argentina é o principal fornecedor de trigo em grão ao Brasil. Em 2010, participou com 57% do volume de trigo importado pelo Brasil, seguido pelo Uruguai com participação de 18,4% e Paraguai com 10,4% (CONAB, 2011).

#### 4.7 O AGRONEGÓCIO DO TRIGO NO ESTADO DO PARANÁ

O estado do Paraná possui nas suas origens, a economia vinculada a atividades de subsistência e a extração da erva mate. A partir de 1930 o café surge como a principal atividade econômica do Paraná, ocorrendo uma ocupação e colonização do norte do estado e dando início a ocupação da região oeste e sudoeste do Paraná, com o conseqüente aumento da área cultivada (SCHMIDTKE, 2005).

Após a cultura do café, em razão da modernização agrícola e a crise no mercado internacional do café, a economia agrícola passou a ser regida por culturas intensivas mais dinâmicas como soja e milho. Essas culturas são voltadas para a exportação e ligadas aos complexos agroindustriais, sendo novas áreas incorporadas no estado como um todo, acarretando a expansão de novas fronteiras agrícolas e formando a base para a estrutura produtiva paranaense atual (BRAUN, 2002).

Além destas culturas, destacou-se também a produção de trigo, que por ser uma cultura de inverno passou a ser adotado como uma opção na rotação de culturas. Com a rotação de culturas no

sistema de plantio direto houve um aumento significativo na produtividade das lavouras e aumento das áreas cultivadas de trigo.

Atualmente o Paraná detém a posição de principal produtor de trigo do Brasil, tendo participado em 2010 com cerca de 57% do volume total colhido, seguido pelo Rio Grande do Sul que colheu 32% do total. (EMBRAPA, 2011). O Paraná sempre foi o líder na produção nacional de trigo, à exceção de alguns poucos anos onde as lavouras foram prejudicadas por geadas e a liderança na produção ficou temporariamente com o Rio Grande do Sul (CANZIANE, 2004). O trigo é o principal cereal cultivado na safra de inverno no Brasil, mas desde a década de 90, o milho safrinha passou a ocupar espaço cada vez maior de tal forma que atualmente supera o trigo em área cultivada (SEAB, 2011).

O norte do estado é a principal região produtora de trigo no Paraná, seguido pela região oeste e sul, sendo este último o campeão de produtividade na safra de 2010. Em termos de microrregião, a melhor média de produtividade no ano de 2010, foi verificada na região de Ponta Grossa, com 3.600 kg/ha, seguido pela de Ivaiporã, com 3.120 kg/ha e a de Pato Branco, com 3.050 kg/ha (SEAB, 2011).

A cadeia produtiva de trigo no Brasil movimenta cerca de R\$ 18 bilhões por ano. Os segmentos que trabalham com o trigo geram um milhão de empregos e arrecadam, por ano, R\$ 5,2 bilhões em taxas e impostos. A indústria de derivados desse cereal é uma das cinco mais importantes da área de produtos alimentares. (EPAGRI, 2011).

A área cultivada com trigo na safra 2010/2011 foi de 2.149,8 mil hectares, com previsão de 2.100,7 mil hectares para a safra 2011/2012 (um decréscimo de 2,3 % em relação à safra passada). O plantio do trigo é distribuído em três regiões e nove estados brasileiros. A maior concentração de cultivo na safra 2010/2011 foi localizada na Região Sul, sendo o Estado do Paraná o maior produtor com 1.146,6 mil hectares, correspondente a 53,33% da área total, conforme pode ser visto na Tabela 01.

**Tabela 01 – Área plantada, produção e produtividade de Trigo no Brasil, por Estado e Região – Safra 2010/2011**

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em Kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 10/11 (c)	Safra 11/12 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 10/11 (e)	Safra 11/12 (f)	VAR. % (f/e)
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>55,4</b>	<b>45,3</b>	<b>18,2</b>	<b>2765</b>	<b>2541</b>	<b>8,1</b>	<b>153,2</b>	<b>115,1</b>	<b>24,9</b>
MS	38,6	32	17,1	1900	1530	19,5	73,3	49	33,2
GO	15,8	12,2	22,6	4733	4949	4,6	74,8	60,4	19,2
DF	1	1,1	11,6	5079	5200	2,4	5,1	5,7	12,2

<b>SUDESTE</b>	<b>66,8</b>	<b>64,7</b>	<b>3,1</b>	<b>2943</b>	<b>2886</b>	<b>1,9</b>	<b>196,6</b>	<b>186,7</b>	<b>5</b>
MG	22,5	23	2,2	3908	3790	3	85,3	87,2	2,3
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	44,3	41,7	5,8	2380	2386	0,3	111,3	99,5	10,6
<b>SUL</b>	<b>2027,6</b>	<b>1990,7</b>	<b>1,8</b>	<b>2728</b>	<b>2425</b>	<b>11,1</b>	<b>5531,8</b>	<b>4828,1</b>	<b>12,7</b>
PR	1146,6	1024,5	10,7	2891	2331	19,4	3314,8	2388,1	28
SC	87,9	82	6,7	2420	2680	10,7	242,2	219,8	9,2
RS	793,1	884,2	11,5	2490	2511	0,8	1974,8	2220,2	12,4
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>2149,8</b>	<b>2100,7</b>	<b>2,3</b>	<b>2736</b>	<b>2442</b>	<b>10,7</b>	<b>5881,6</b>	<b>5129,9</b>	<b>12,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2149,8</b>	<b>2100,7</b>	<b>2,3</b>	<b>2736</b>	<b>2442</b>	<b>10,7</b>	<b>5881,6</b>	<b>5129,9</b>	<b>12,8</b>

Fonte: CONAB - Levantamento 10/2011.

Segundo levantamento da CONAB (2011), a produtividade média do trigo nacional, alcançada no ano de 2010, foi de 2.736 kg/ha, 32,2% superior a colhida na safra passada, que foi de 2070 kg/ha. De acordo com Canziane (2004), a produtividade média brasileira oscila significativamente em todos os estados, sendo que poucas culturas tem uma variabilidade na produtividade tão alta quanto o trigo.

Em 2010 o Paraná obteve 2.891 kg/ha, a maior produtividade de toda a série histórica para o estado, conforme levantamento feito pela CONAB desde 1977. Entretanto no ano de 2011, a produtividade foi afetada devido às geadas ocorridas no estado, reduzindo em 19,4% comparada com a safra anterior, ficando em 2331 kg/ha. A produção do Estado por sua vez, teve uma redução de 26% comparada à safra passada, totalizando 2388 mil toneladas.

A principal região produtora de trigo no Paraná é a região norte, que na safra 2010/2011, respondeu por cerca de 37% da produção no Estado, conforme pode ser visto na Tabela 02.

**Tabela 02- Área, produção e produtividade de trigo no Paraná, por núcleo Regional safra 2010/2011**

<b>Regiões</b>	<b>Área (em há)</b>	<b>Área (em %)</b>	<b>Produção (em t)</b>	<b>Produção (em %)</b>	<b>Produtividade (kg/ha)</b>
APUCARANA (c)	60.650	6	110.080	5	1.815
CAMPO MOURÃO (a)	100.000	10	238.670	10	2.387
CASCADEL (d)	105.880	10	207.358	9	2.209
CORNÉLIO PROCÓPIO (c)	115.000	11	183.510	8	1.734
CURITIBA (f)	7.255	1	18.936	1	2.610
FRANCISCO BELTRÃO (e)	92.700	9	189.235	8	2.108
GUARAPUAVA (f)	43.500	4	134.850	6	3.100
IRATI (f)	17.000	2	44.200	2	2.600
IVAIPORÁ (c)	82.000	8	196.359	8	2.498
JACAREZINHO (c)	32.290	3	70.962	3	2.410
LARANJEIRAS DO SUL (f)	10.600	1	21.636	1	2.115
LONDRINA (c)	70.889	7	148.274	6	2.092
MARINGÁ (c)	21.000	2	37.968	2	1.808

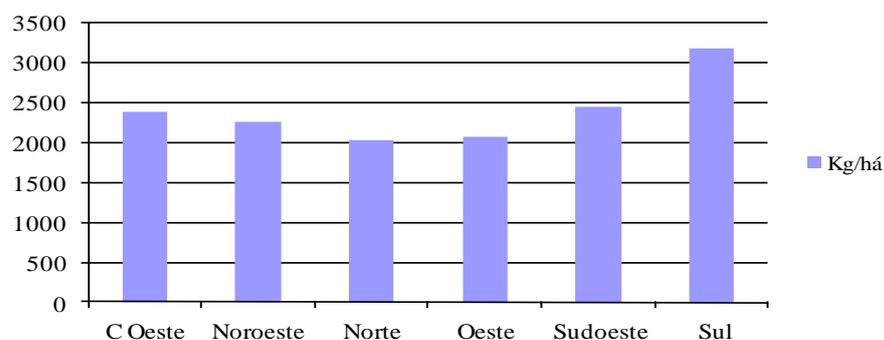
PARANAGUÁ (f)	0		0		0
PARANAVAÍ (b)	0		0		0
PATO BRANCO (e)	66.875	7	196.046	8	2.932
PONTA GROSSA (f)	141.800	14	481.270	20	3.400
TOLEDO (d)	50.440	5	93.409	4	1.852
UMUARAMA (b)	3.583	0	8.085	0	2.256
UNIÃO DA VITÓRIA (f)	3.000	0	6.900	0	2.300
CENTRO-OESTE (a)	100.000	10	238.670	10	2.387
NOROESTE (b)	3.583	0	8.085	0	2.256
NORTE (c)	381.829	37	747.153	31	2.039
OESTE (d)	156.320	15	300.767	13	2.084
SUDOESTE (e)	159.575	16	385.281	16	2.460
SUL (f)	223.155	22	707.792	30	3.181
<b>TOTAL</b>	<b>1.024.462</b>	<b>100</b>	<b>2.387.748</b>	<b>100</b>	<b>2.403</b>

Fonte: SEAB/DERAL 2011

No núcleo regional de Londrina, a área plantada corresponde a 70.000 ha, e a produção de 148.274 toneladas, a produtividade é de 2.092 kg/ha, representando 6% da área de plantio de todo o Estado.

Entre os estados Brasileiros o Paraná apresenta o maior rendimento médio, dentro das regiões paranaenses destaca-se a região sul, com rendimento médio na safra de 2010/2011 de 3181kg/ha, conforme Gráfico 01.

**Gráfico 01 – Rendimento Médio trigo safra 2010/2011 nas regiões Paranaenses**



Fonte: SEAB/DERAL (2011)

O consumo anual de trigo no Brasil tem oscilado entre 9,3 a 10,4 milhões de toneladas nos últimos seis anos. De 2008 e 2010, a maior parte do consumo foi atendida por produto importado. Em 2003 e 2004, a produção nacional passou a superar as importações. O balanço de oferta e demanda, nas últimas seis safras, incluindo a safra 2011/12, está na Tabela 03.

**Tabela 03 – Balanço de oferta e demanda de trigo no Brasil**

SAFRA	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
ESTOQUE	2071,8	1337,9	895,7	2706,7	2870,5	1766,1

INICIAL						
PRODUÇÃO	2233,7	4097,1	5884,0	5026,2	5881,6	5129,9
IMPORTAÇÃO	7164,1	5926,4	5676,4	5922,2	5771,9	5900
SUPRIMENTO	11469,6	11361,4	12456,1	13655,1	14524,0	12796,0
CONSUMO	10112,0	9719,0	9398,0	9614,2	10242,0	10432,0
EXPORTAÇÃO	19,7	746,7	351,4	1170,4	2515,9	1200,0
<b>ESTOQUE FINAL</b>	<b>1337,9</b>	<b>895,7</b>	<b>2706,7</b>	<b>2870,5</b>	<b>1766,1</b>	<b>1164,0</b>

Fonte: CONAB – Levantamento de outubro/2011

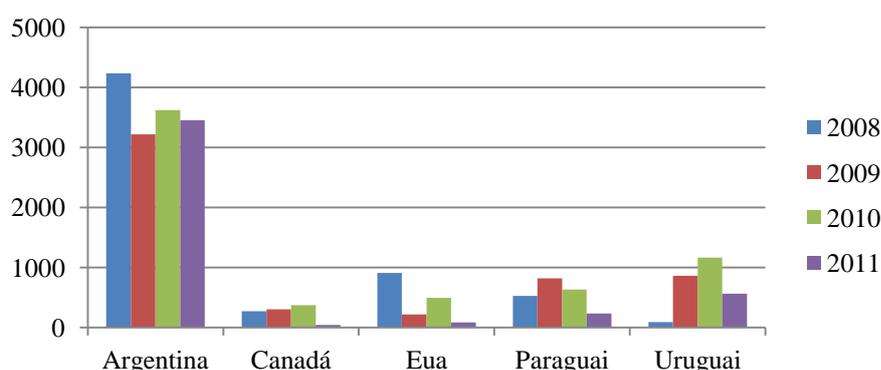
Em 2010 a produção nacional de trigo correspondeu a 57,4% do consumo interno, e em 2011 a produção deve atender 49,17%, quantidade insuficiente para atender com segurança as necessidades internas, ou seja, um indicativo de que o Brasil está distante de alcançar a auto-suficiência que teve no passado.

Segundo a EPAGRI (2010, p.158):

Entre as *commodities*, o trigo é o segundo item de maior participação na pauta de importações brasileiras, sendo menor apenas que a importação de petróleo. O Brasil importa em torno de 50-60% do trigo que consome. Em termos de comércio externo, as importações brasileiras chegaram a 6,1 milhões de toneladas (trigo e seus derivados -2009). Em 2010, até julho, o Brasil importou 4,3 milhões de toneladas. O aumento das compras externas em 2010 tem duas razões principais: perda de qualidade de parte da produção nacional por conta do clima desfavorável e a valorização contínua da moeda nacional frente ao dólar.

A Argentina é o principal fornecedor de trigo em grão e farinha de trigo ao Brasil, conforme pode ser visto no gráfico 2. Em 2010, a Argentina teve participação com cerca de 57,26 % do volume de trigo em grão importado pelo país, seguida pelo Uruguai com participação de 18,40 %. A Argentina também é o país que mais vende farinha de trigo para o Brasil, sendo que em 2010 o Brasil importou 636mil toneladas de farinha de trigo, sendo que 590mil vieram da Argentina (participação de 92,7 % do total).

Gráfico 2 - Origem das Importações Brasileiras de Trigo 2008 a Jan-Set 2011



Fonte: CONAB 2011

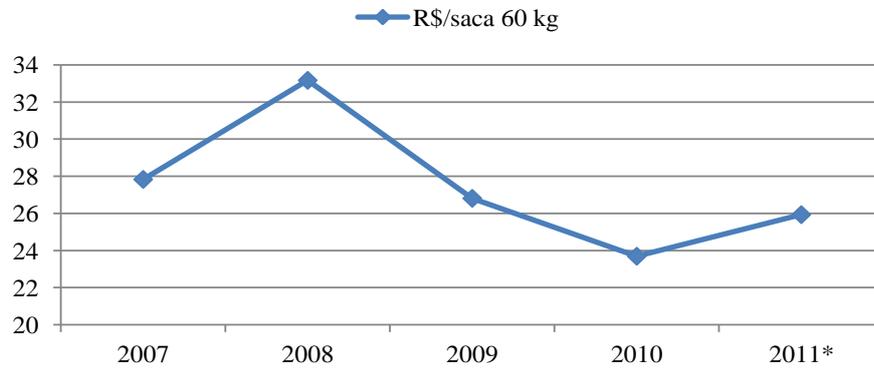
Das importações brasileiras de trigo e derivados, as compras de grão correspondem a 91% do total e as compras de farinha aos 9% restantes. A grande participação dos países do MERCOSUL nas importações brasileiras se deve pela proximidade geográfica, mas principalmente pela vantagem fiscal em relação a outros países fornecedores, os quais devem pagar 10% de Tarifa Externa Comum (TEC). A oferta por parte da Argentina tem sido menor desde 2008, quando governo Argentino, com o objetivo de garantir o abastecimento interno, reteve os embarques do trigo, elevando os impostos de exportação. Tal fato obrigou o Brasil a buscar fornecedores alternativos como o Paraguai, Uruguai, Canadá e Estados Unidos (EPAGRI 2010).

Ainda, segundo a EPAGRI (2010), o governo federal, tem estimulado a produção de trigo irrigado no Cerrado, cuja produção, por ser colhida em agosto, permite a venda com preços melhores. O Brasil tem como meta, importar menos de 30% do que é consumido internamente.

Normalmente o Brasil só exporta o cereal quando a qualidade não atende aos padrões mínimos de moagem para consumo humano. Como o “cereal-ração” já tem um forte concorrente no mercado interno - o milho – a alternativa é exportar. Em 2010 os Estados Unidos e África do Sul foram os principais compradores.

Com relação ao mercado do trigo no Paraná, o maior preço do trigo recebido pelo produtor paranaense nos últimos cinco anos, ocorreu no ano de 2008, quando a saca chegou a ser cotada a R\$41,04. Após esse pico em maio de 2008, a cotação começou a recuar e, no mês de setembro de 2011 chegou a R\$25,40. Em preços nominais, sem considerar a inflação, os preços do trigo ao produtor paranaenses, nos primeiros nove meses de 2011 oscilaram entre R\$25,03 a R\$26,76, ou seja, valores bem abaixo que os recebidos em 2008, porém um pouco acima dos preços recebidos em 2010, conforme demonstra os Gráficos 03 e 04.

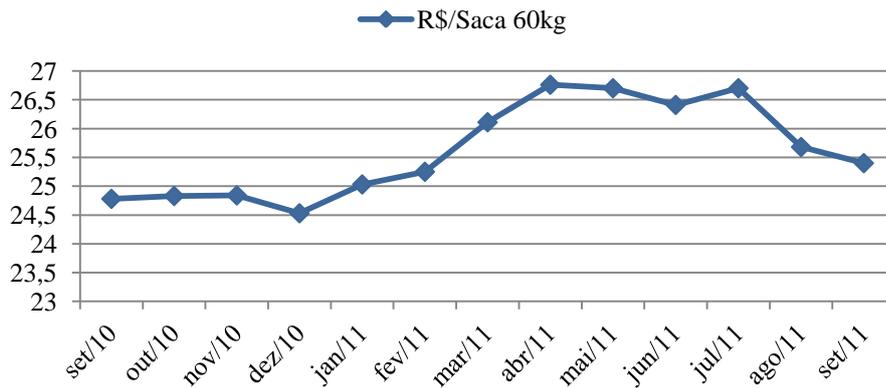
**Gráfico 03- Evolução dos preços médios nominais recebidos pelos produtores no PR nos anos de 2007 a 2011**



(\*) Média simples de janeiro/2011 a setembro/2011

Fonte: SEAB/DERAL 2011

**Gráfico 04 - Preços médios nominais recebidos pelos produtores no PR entre setembro de 2010 a 2011**



Fonte: SEAB/DERAL (2011)

O preço conseguido na safra 2008 pelos produtores foi um reflexo da elevação na cotação internacional do produto, em função da redução da produção mundial e dos estoques de passagem, apesar da baixa taxa de câmbio e dos problemas com a importação do grão e da farinha da Argentina (EPAGRI, 2011). O alto preço pago aos produtores no ano de 2008 levou a um aumento na área de cultivo de 2009 e um maior investimento na cultura do trigo.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO

Esta pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa exploratória. Segundo COOPER (2001), o estudo exploratório objetiva aprofundar o conhecimento sobre o assunto tornando-o mais claro, assim como, aperfeiçoar a questão de pesquisa através da utilização de informações já existentes.

Este tipo de pesquisa utiliza método bastante amplo e variado, como: levantamento de dados em fontes secundárias através de uma completa revisão em livros, manuais, periódicos comerciais e acadêmicos; levantamentos de experiências, através de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; estudo de caso e observação informal (MATTAR, 1996).

Quanto à abordagem da pesquisa esta classifica-se como quantitativa e qualitativa, cujo método foi o estudo de caso, dado que se estudou a cadeia produtiva do trigo na região de Londrina sob a perspectiva de alguns elos produtivos. O método de estudo de caso representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos. De acordo com YIN (2001) apud (GIL, 2002, p.54):

O estudo de caso é o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, sendo adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas. Dada a sua flexibilidade, é recomendável nos períodos iniciais de investigação sobre temas complexos para a construção de hipóteses ou reformulações de problemas, não de conclusões. Hoje, porém, é o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Uma das vantagens de se utilizar um estudo de caso está na possibilidade de se trabalhar com uma situação concreta e não com situações hipotéticas. As evidências para formular um estudo de caso pode vir das seguintes fontes: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

## 5.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados primários foi efetuada através de pesquisa de campo, com aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas com base e pesquisa bibliográfica que deu subsídio para a confecção das questões.

Para os instrumentos utilizados na coleta dos dados, foram construídos três diferentes versões, pelo fato de ter sido buscado nesta pesquisa, a percepção de diferentes atores ligados à cadeia produtiva do trigo na região de Londrina do estado do Paraná.

Foram distribuídos os questionários e aplicados pessoalmente os sujeitos da amostra, objetivando a coleta de dados que permitam o conhecimento das variáveis de posicionamento que influenciam a tomada de decisão dos diferentes elos da cadeia a produção e comercialização do trigo.

Portanto, foram aplicadas entrevistas com 2 moinhos da região, com 20 produtores rurais tradicionais da região de Londrina, que cultivam trigo há mais de 5 anos e que utilizam modernas tecnologias com índices de produtividade igual ou acima da média nacional. Gerentes de 2 entrepostos de Cooperativas que atuam na região de Londrina PR. Além desses, foram entrevistados administradores de 4 Cerealistas que atuam na comercialização de soja, milho e trigo, sendo que duas dessas cerealistas também são produtoras de semente de trigo. As entrevistas com as empresas produtoras de semente foram efetuadas através de seus proprietários.

O questionário das entrevistas aos produtores rurais, contém 18 questões (fechadas e abertas), sendo que as três primeiras questões dizem respeito à identificação da propriedade/empreendimento. As questões de 4 a 8 tratam da produção do trigo e as questões de 9 a 18 tratam da comercialização do trigo. O questionário aplicado as cerealistas e cooperativas contém 8 questões (fechadas e abertas) sobre a comercialização do cereal e os questionários aplicados aos moinhos contém 9 questões referente a comercialização do trigo.

Um conjunto de informações foi obtido sobre esses atores da cadeia produtiva do trigo, as quais são apresentadas detalhadamente nos próximos parágrafos.

**Tabela 4 – Identificação, caracterização, porte e produtividade média das áreas de cultivo/empresas/cooperativa dos entrevistados**

Entrevista/Ator	Caracterização
1/Produtor 1	Área cultivada de trigo em torno de 1000ha Produtividade média de 3.600 Kg/há

2/ Produtor 2	Área cultivada de trigo em torno de 1300ha Produtividade média de 2.600 Kg/há
3/Produtor 3	Área cultivada de trigo em torno de 1200ha Produtividade média de 3.600 Kg/há
4/Produtor 4	Área cultivada de trigo em torno de 750ha Produtividade média de 2.500 Kg/há
5/Produtor 5	Área cultivada de trigo em torno de 630ha Produtividade média de 3.500 Kg/há
6/Produtor 6	Área cultivada de trigo em torno de 170ha Produtividade média de 3.000 Kg/há
7/Produtor 7	Área cultivada de trigo em torno de 500ha Produtividade média de 3.300 Kg/há
8/Produtor 8	Área cultivada de trigo em torno de 210ha Produtividade média de 2.970 Kg/há
9/Produtor 9	Área cultivada de trigo em torno de 130ha Produtividade média de 4.300 Kg/há
10/Produtor 10	Área cultivada de trigo em torno de 110ha Produtividade média de 2.700 Kg/há
11/Produtor 11	Área cultivada de trigo em torno de 70ha Produtividade média de 2.900 Kg/há
12/Produtor 12	Área cultivada de trigo em torno de 50ha Produtividade média de 3.200 Kg/há
13/Produtor 13	Área cultivada de trigo em torno de 70ha Produtividade média de 2.400 Kg/há
14/Produtor 14	Área cultivada de trigo em torno de 70ha Produtividade média de 2.700 Kg/há
15/Produtor 15	Área cultivada de trigo em torno de 50ha Produtividade média de 2.900 Kg/há
16/Produtor 16	Área cultivada de trigo em torno de 30ha Produtividade média de 3.100 Kg/há
17/Produtor 17	Área cultivada de trigo em torno de 70ha Produtividade média de 3.000 Kg/há
18/Produtor 18	Área cultivada de trigo em torno de 29ha Produtividade média de 3.300 Kg/há
19/Produtor 19	Área cultivada de trigo em torno de 50ha Produtividade média de 3.000 Kg/há
20/ Produtor 20	Área cultivada de trigo em torno de 450ha Produtividade média de 3.600 Kg/há
21/Cerealista 1	Região de atuação: norte e noroeste do Paraná. Porte da empresa: grande porte. Produtos que comercializa: insumos (sementes, defensivos, fertilizantes) e grãos, com ênfase na cultura de soja, trigo e milho.
22/Cerealista 2	Região de atuação: Londrina. Porte da empresa: pequeno. Produtora de produtora de sementes Produtos que comercializa: sementes e grãos, com ênfase na cultura de soja, trigo e milho.
23/Cerealista 3	Região de atuação: Londrina Porte da empresa: pequeno. Produtora de produtora de sementes Produtos que comercializa: sementes e grãos, com ênfase na cultura de soja, trigo e milho.
24/Cerealista 4	Região de atuação: norte do Paraná Porte da empresa: grande porte Produtos que comercializa: insumos (sementes, defensivos, fertilizantes) e grãos, com ênfase na cultura de soja, trigo e milho.
25/Cooperativa 1	Região de atuação: todo o estado do Paraná Porte da cooperativa: grande, atua em todas as regiões do estado do Paraná,

	Produtos que comercializa: culturas de trigo, milho e soja. Possuem agroindústrias que processam e transformam nos subprodutos da soja.
26/Cooperativa 2	Região de atuação: Norte do Paraná Porte da cooperativa: Médio Produtos que comercializa: culturas de trigo, milho e soja.
27/Moinho1	Região de atuação: norte do Paraná Porte da empresa: médio Produtos que comercializa: transforma e comercializa a farinha de trigo.
28/Moinho2	Região de atuação: Possui sede na região de Londrina, com filial na região nordeste do país. Porte da empresa: Grande Produtos que comercializa: atua no ramo de panificação e biscoitos.

## **6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS**

Os itens seguintes deste capítulo apresentam os resultados e discussão do presente estudo, considerando cada objetivo específico inicialmente traçado. Inicialmente serão abordados os resultados da pesquisa com os produtores rurais e em seguida com as cerealistas, cooperativas e moinhos.

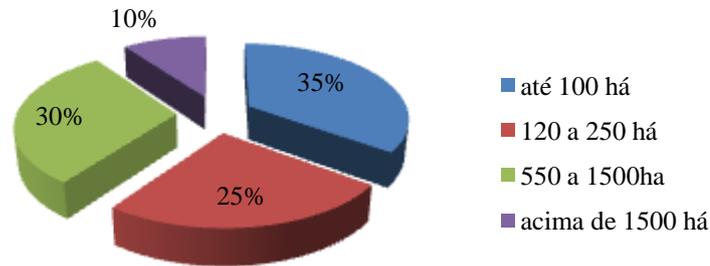
### **6.1 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE TRIGO NA REGIÃO DE LONDRINA**

Como apresentado anteriormente, os entrevistados consistiram em: produtores agrícolas, cerealistas cooperativas e moinhos. Desta forma, inicialmente foram entrevistados os produtores de trigo onde se procurou saber:

#### **6.1.1 Caracterização das propriedades dos produtores de trigo entrevistados**

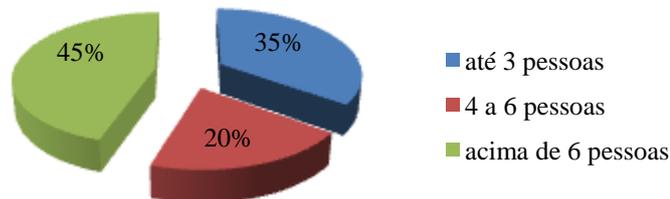
Em relação ao tamanho das propriedades entrevistadas a pesquisa demonstrou que 60% dos entrevistados tem propriedades abaixo de 250 ha, confirmando que no estado do Paraná há predominância de pequenas e médias propriedades rurais, não havendo concentração de terras. Outro fato que confirma a prevalência de médias e pequenas propriedades é a mão de obra familiar utilizada na propriedade. O Gráfico 05 mostra o tamanho das propriedades em relação ao público pesquisado, em termos de área.

**Gráfico 05 – Tamanho da área das propriedades dos produtores de trigo**



Em relação à mão-de-obra, 65% dos entrevistados utilizam mão de obra familiar em conjunto com mão de obra contratada. A maioria dos entrevistados, 55%, não reside na propriedade rural. Entre os que moram na propriedade, observa-se que maioria das casas são habitadas por numerosa quantidade de familiares (Gráfico 06). Entretanto, não podemos afirmar o quanto dessas pessoas representam a mão de obra utilizada, uma vez que não se tem dados de quantas são trabalhadores do campo.

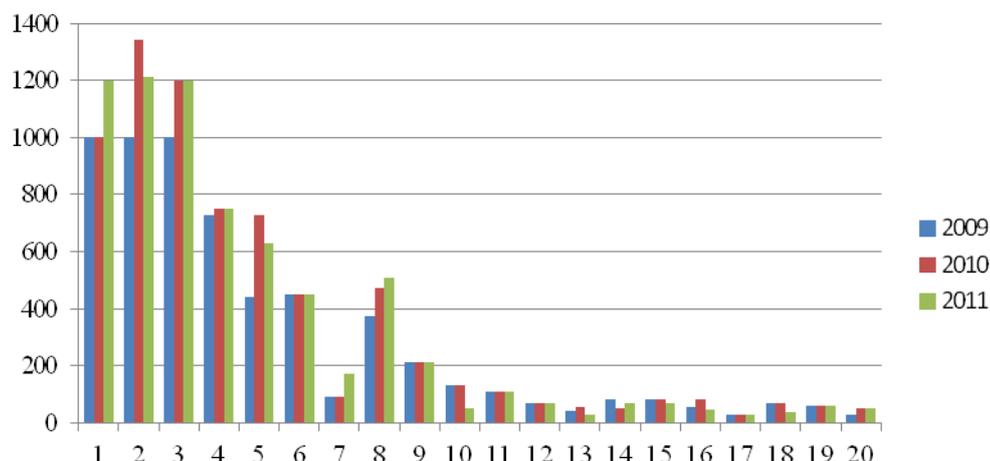
**Gráfico 6 – Número de pessoas residentes nas propriedades rurais**



### **6.1.2 Panorama de produção de trigo na região de acordo com os atores entrevistados**

Em relação ao tamanho das propriedades investigadas um comparativo dos extremos das áreas utilizadas nos empreendimentos de trigo evidencia que o menor deles utiliza 29,04 ha e o maior 1343 ha. A área de trigo total plantada pelos entrevistados no ano de 2011 foi de 6932,2 ha, representando um aumento acima de 12% comparado com a área plantada em 2009 que foi de 6.094,04 ha.

**Gráfico 07 – Área plantada de trigo em kg/ha dos 20 produtores entrevistados nas últimas três safras**



Na Tabela 05 são apresentadas as áreas de produção nacionais, estaduais regionais e do município de Londrina das safras 2007/2008 a 2009/2010. Observa-se que a cada safra houve pequeno aumento de área plantada de trigo no Brasil e no Paraná. Porém, no município de Londrina e no núcleo regional de Londrina não houve variação na área plantada segundo esses dados. O que pode ser explicada pela migração da lavoura de trigo pela lavoura de milho, cultura economicamente viável e com mais liquidez na comercialização, visto que a área plantada de milho safrinha no município de Londrina na safra 2007/2008 foi de 10.500 há, e na safra 2009/2010 houve um aumento significativo na área, chegando a 15.420ha.

Entretanto, a Tabela 06 mostra que no ano de 2011 houve aumento de mais de 26% na área plantada de trigo em relação à safra de 2008 pelos produtores entrevistados, dados que corroboram com a tendência nacional de aumento nas áreas de plantio. Essa divergência entre os dados dos produtores entrevistados e dos dados da SEAB/DERAL, pode ser explicada pelo fato da pesquisa ter sido direcionada para tradicionais produtores de trigo e conforme relatado pela maioria dos entrevistados, o milho segunda safra na região de Londrina é uma cultura de muito risco sendo, portanto o trigo a única alternativa viável para o inverno.

**Tabela 05 - Área plantada de trigo nos anos de 2007 a 2010 em ha**

	Brasil	Paraná	Núcleo Regional de Londrina	Londrina
2007/2008	1.851	821	103	25
2008/2009	2.396	1.125	105	22
2009/2010	2.428	1.299	99	22

Fonte: SEAB/DERAL

**Tabela 6 - Área total plantada de trigo pelos produtores entrevistados nos anos 2008 a 2011 em ha**

	PRODUTORES PESQUISADOS
2008/2009	5498,04

2009/2010	6049,04
2010/2011	7051,04
20011/2012	6932,20

Segundo os dados obtidos observou-se que apenas 20% dos produtores plantam na safra de inverno as culturas de trigo e milho safrinha. Esses resultados divergem do verificado no levantamento da SEAB que aponta para um crescimento na região de área plantada de milho em substituição ao trigo. De acordo com a estimativa de 2011 a área plantada de trigo na região de Londrina foi de 70.889 ha, bem aquém da área plantada de milho da segunda safra, que foi de 174.280ha, isto pode ser confirmado pelo seguinte relato da SEAB (2011),” o trigo é o principal grão cultivado na safra de inverno no Brasil, porém após a década de 90, o milho safrinha tem ocupado espaço cada vez maior de tal forma que atualmente supera o trigo em área cultivada”.

A SEAB/DERAL (2011) realiza acompanhamento mensal da área plantada, produção e produtividade das principais culturas de inverno, verão e outras culturas. São 17 culturas de verão, 7 culturas de inverno e 11 culturas diversas, mostrando a diversidade de culturas no estado do Paraná. Além de ocupar o primeiro lugar na produção de trigo e ser o maior produtor nacional de milho no país, também possui posição de destaque na produção de soja, ocupando na safra 2009/2010 o segundo lugar na produção nacional.

As culturas predominantemente cultivadas pelos produtores entrevistados são: soja, milho, milho safrinha e trigo. Foi mencionado por um dos produtores o plantio de eucalipto e por outros dois produtores o plantio de olerícolas como alternativa de fonte de renda. O levantamento junto as ceralistas e cooperativas, também demonstrou concentração no recebimento dos grãos das culturas de soja, trigo e milho.

Nas propriedades pesquisadas observou-se que em 90% delas a produção agrícola predomina como atividade principal, os 10% restante corresponde à atividade de pecuária de corte como atividade principal à produção agrícola e a cultivo de olerícolas.

Quando perguntado sobre a percentual da receita de trigo comparada com as outras culturas, o trigo apresenta uma porcentagem na renda anual obtida pelo produtor em torno de 20 a 30% em anos de boa produtividade. A importância do trigo na renda do produtor foi observada em Cunha (2000, p.110):

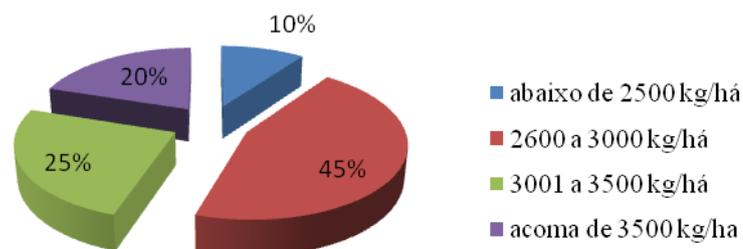
O clima do sul do Brasil possibilita duas safras por ano, uma de verão e outra de inverno. Poucos podem se dar ao luxo de cruzarem os braços no inverno ou fazerem apenas culturas para cobertura do solo, embora ecologicamente corretos, sem pensar

na agregação de renda na propriedade. O trigo é a principal opção econômica para a safra de inverno no sul do país.

Porém, se houver instabilidade da produção e de mercado a rentabilidade pode ser mínima ou até negativa, conforme observado pelo produtor 8 “quando acontece algum evento climático como geada e seca, ocasionando quebra da produtividade, a receita do trigo pode ser reduzida a 8%”. Na opinião do produtor rural 20 “eventos climáticos como geada, seca ou chuva excessiva na colheita afetam a produtividade e qualidade do grão, muitas vezes, gerando nenhuma receita e prejuízo”. Ainda segundo a observação do mesmo produtor, “em 2009 houve perdas na receita do trigo, devido à doença brusone, que afetou a qualidade e o rendimento da cultura (1900 kg/ha), além disso, não houve possibilidade de acionamento do seguro, pois essa doença não tem cobertura pelo seguro”

Um dos fatores importantes na produção de agrícola é a produtividade. A média da produção de trigo no Paraná tem apresentado crescimento devido à implementação de novas tecnologias, melhoramentos em variedades de sementes e também na reposição de elementos do solo (adubação e correção do solo). De acordo com os dados obtidos observa-se uma produção média acima de 3001 Kg/ha da cultura de trigo obtida pelos produtores entrevistados em 45% dos entrevistados. (Gráfico 08).

**Gráfico 08 - Rendimento médio do trigo em kg/ha**



Entretanto, 55% dos entrevistados obtiveram uma produtividade abaixo de 3000Kg/ha. Esses resultados estão de acordo com os dados da média estimada pela SEAB/DERAL de 2092 kg/ha (Tabela 02) para a região de Londrina. O motivo dessa quebra na produtividade ocorreu devido a geadas ocorridas no Estado. Isso demonstra que apesar dos avanços biotecnológico e maiores investimentos as condições boas climáticas são decisivas no aumento da produção.

Foram perguntados aos produtores rurais quais as razões de se plantar trigo e solicitado que elencassem as cinco principais. As principais razões escolhidas pelos produtores foram: a falta de alternativa de cultura a ser plantada na safra de inverno, citada por 80% dos entrevistados; ao melhor aproveitamento de máquinas e mão de obra, citado por 75%; o trigo ser uma cultura de cobertura de solo e devido à utilização do sistema de plantio direto, citado por 80%; possibilidade de rotação de cultura, elencado por 60 % dos entrevistados e o trigo por ser uma cultura que propicia economia de insumos para as lavouras de verão, citada por 35% dos entrevistados. Apenas dois produtores indicaram que plantam o trigo por ser uma cultura indicada no zoneamento e por isso tem a cobertura do proagro.

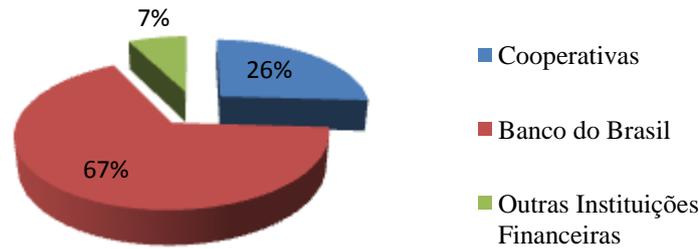
O produtor 20 fez o seguinte relato: quando não se planta nada no inverno, tem que se gastar muito com insumos para combater as ervas daninhas para posterior plantio da lavoura de verão, então mesmo que não consiga receita nenhuma com o trigo, ou melhor, nas palavras do produtor “mesmo que se empate” ainda compensa plantar o trigo, pois com essa cultura se faz o manejo das plantas daninhas, se aproveita o maquinário e a mão de obra da propriedade e, além disso, melhora a qualidade do solo o que faz com que se gastem menos insumos no plantio da safra de verão. O relato desse produtor pode ser confirmado, conforme ROSINHA (2000, p.120):

O trigo permite [...] uma melhor utilização da infra-estrutura de produção disponível na propriedade. São incontestáveis os ganhos proporcionados pelo sistema produtivo no qual o trigo participa, havendo casos relatados em que mesmo o trigo tendo resultado financeiro negativo, o sistema de trigo/soja foi superior ao da soja sem cultivo de inverno. Rotação de culturas e manejo de fertilizantes podem dar as explicações técnicas para esse fato.

ROSINHA (2000) acrescenta, o sistema de plantio direto é eficaz no controle da erosão e manutenção da fertilidade do solo, dando um melhor suporte a produção do trigo e minimizando os riscos de perdas. No norte do Paraná, onde ocorre deficiência hídrica, na época da semeadura, o plantio direto contribui para manutenção da umidade que é fundamental na implantação da lavoura.

Dos produtores entrevistados, apenas um dos produtores utiliza recursos próprios para o custeio de sua lavoura, e quase a totalidade utiliza alguma forma de financiamento da produção. O Gráfico 09 evidencia as alternativas de financiamentos utilizados pelos entrevistados e a maioria dos entrevistados financiam a produção através do Banco do Brasil e das Cooperativas Agrícolas.

**Gráfico 09- Alternativas de financiamento da produção**



Segundo o produtor 18 a escolha de financiar a produção se deve ao fato de que o crédito está associado ao seguro e a cultura de trigo tem um alto risco de produção. O produtor relatou que financia em bancos comerciais, pois tem taxas inferiores comparado com outras formas de financiamento. Ainda, segundo esse produtor, o financiamento da produção é feito junto ao Banco do Brasil, pois as outras instituições financeiras dificilmente oferecem crédito para essa lavoura, devido ao elevado risco da produção e dificuldade de comercialização.

É reconhecido que, sozinho, o produtor entra em desvantagem em relação aos compradores e vendedores, na hora de negociar a venda de seus produtos e a aquisição de insumos. Na tentativa de superar essa desvantagem, os produtores se unem em associações ou cooperativas. No município de Londrina, não é diferente, de acordo com a entrevista 65% dos entrevistados fazem parte de cooperativas e associações. Apenas dois desses cooperados entrevistados relatou que atualmente não há vantagem comercial em ser associado. O produtor 14 relatou que a vantagem em ser associado da cooperativa se dá principalmente pela assistência técnica prestada, reuniões e palestras sobre novas variedades de sementes e produtos. O produtor 18 observou “que uma das vantagens se trata da comercialização de produtos de menor liquidez, como o trigo, onde em alguns anos teríamos dificuldade de colocá-lo no mercado”. O produtor 8 citou que é associado da APASEM, cuja vantagem se dá na discussão dos interesses da cadeia de produtores.

A importância das cooperativas no Paraná para a cultura de trigo é relatada por Dotto e Brunetta (2000, p. 132):

O desenvolvimento das tecnologias e sua difusão entre os agricultores somente foi possível porque o Paraná possui o mais estruturado e forte sistema cooperativo do Brasil. Esse trabalho em parceria entre as instituições de pesquisa e as cooperativas, onde ocorre a rápida troca de informações, é responsável pela dinâmica que mantém o trigo com cultura viável no estado.

De acordo com o gerente de entreposto da Cooperativa 1, no Estado do Paraná, o trigo não está concentrado em grandes áreas, sendo que o principal motivo para essa baixa concentração, se deve a dependência dos produtores em relação a cooperativa. Os produtores tem apoio da cooperativa através de divulgação de tecnologia, assistência técnica e uma maior segurança na comercialização. O gerente da cooperativa 2, citou que a grande maioria dos pequenos e médios cooperados entrega quase toda sua produção de trigo para as cooperativas, o mesmo não acontecendo com os grandes produtores, que negociam diretamente com os moinhos. O setor cooperativo apresenta uma estrutura sólida no que diz respeito à representação dos produtores junto à organização estadual ( OCEPAR) e a nacional (OCB), com grande eficiência para representação dos cooperados junto às esferas políticas e órgão públicos. Segundo o Gerente da Cooperativa 1, esses órgãos discutem periodicamente as questões relevantes ao setor, devido as freqüentes dificuldades encontradas na comercialização do trigo. Observa-se dessa maneira, um alto grau de coordenação entre esses dois elos.

Em relação aos desafios da produção de trigo, foi citado pelos produtores o custo, o preço mínimo, comercialização, segregação do trigo nas cooperativas e a qualidade do trigo. Alguns relatos fortalecem essas informações:

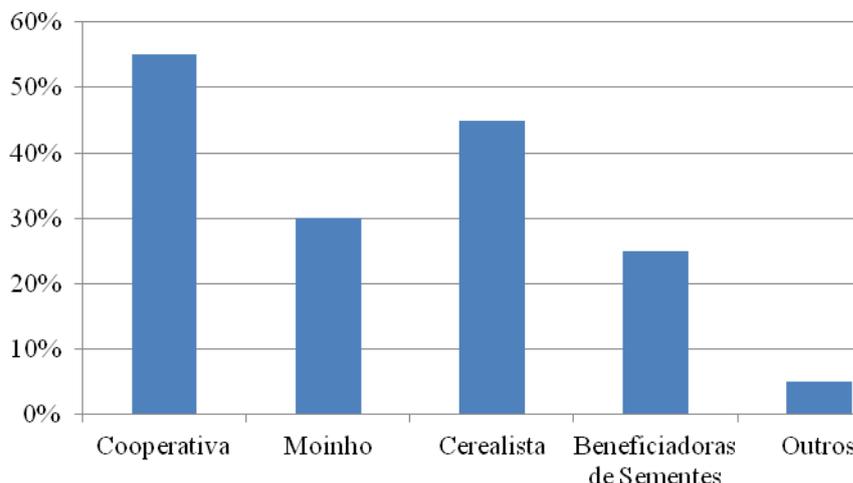
“acho que o preço mínimo aliado com um seguro real é o grande desafio da cadeia. A logística, importação, leilões do Governo influenciam no preço, porém se o governo garantir o preço mínimo saberemos o quanto precisamos investir na cultura para obtermos um retorno favorável.” (produtor 18)

“Diminuição do custo, com aumento da produtividade e qualidade, visando competir com o trigo importado. Assim poderá ter um mercado mais justo e mais estável, com preços que compensem o risco e investimento” (produtor 3)

“Melhorar a produtividade de trigo, através de novas tecnologias. Para ter competitividade a nível internacional a solução do trigo é única: conseguir exportação para a produção nacional.” (produtor 1)

## **6.2 Análise da comercialização do trigo**

Para obter uma maior rentabilidade econômica o produtor desdobra sua produção na hora de comercializar. Dos produtores investigados 50% afirmaram que entregam sua produção para mais de uma empresa, 55% entregam para as cooperativas, 45% vendem para as cerealistas, 25% afirmaram que vendem diretamente para os moinhos e produzem sementes e entregam para beneficiadores de sementes.

**Gráfico 10 - Comercialização da produção de trigo dos produtores entrevistados**

Pode-se observar na pesquisa sobre a comercialização que grande parte dos produtores vende sua produção para as cooperativas e cerealistas. Estas por sua vez vendem sua produção aos moinhos. Aos gestores entrevistados das cerealistas e cooperativas, foi perguntado o meio pelo qual é efetuada a comercialização de trigo. Todos os entrevistados indicaram que a venda é efetuada para os moinhos. Além dos moinhos a Cooperativa 1 e a Cerealista 1, também comercializa o trigo junto a Traddings, a Empresas de ração e exportação. As respostas podem ser observadas na Tabela 07.

**Tabela 7 – Comercialização da produção de trigo das Cerealistas e Cooperativas entrevistadas**

Entrevistados	Moinho	Traddings	Empresas Exportação	Ração
Cooperativa A	x	X	X	X
Cooperativa B	x	X		
Cerealista A	x	X	X	X
Cerealista B	x			
Cerealista C	x			
Cerealista D	x			

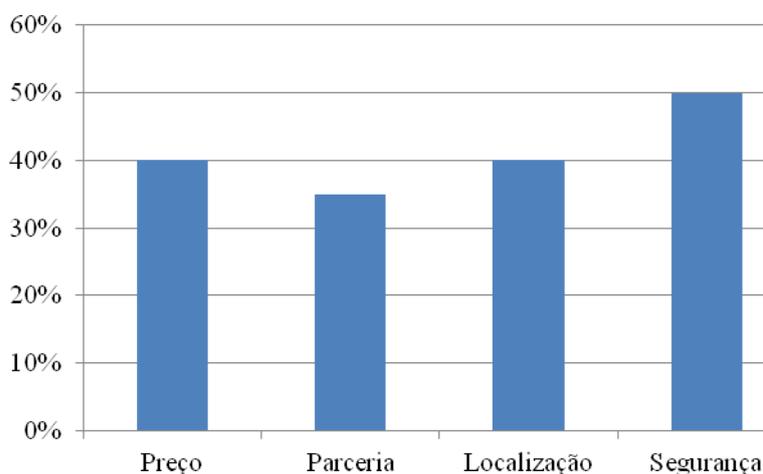
A maior parte do trigo comprado pelos moinhos provem das cooperativas. O moinho 1 compra 90% do trigo das cooperativas, sendo os 10% restantes através de Cerealistas. O moinho 1 adquire 70% das cooperativas, 25% de traddings (trigo importado) e apenas 5% seriam comprados diretamente do produtor rural e cerealistas. Isso demonstra que a maior parte do abastecimento é feito de produto nacional. É interessante observar que tal fato difere dos dados acerca do consumo de trigo dos moinhos brasileiros que apontam para altos índices de utilização de trigo importado. Uma das explicações seria a proximidade dos moinhos em relação à região produtora de trigo. Como a demanda interna é insuficiente para atender o país

e a logística é inadequada, o escoamento para outras regiões do país se torna mais caro, sendo o trigo consumido nas regiões produtoras

As informações auxiliam os produtores nas suas decisões. Os produtores pesquisados utilizam mais de uma fonte de informações para tomar a decisão sobre o preço de comercialização. Entre as fontes relacionadas, a mais citada na pesquisa foi à consulta as cooperativas. A variável do questionário “outras” teve importância relevante na pesquisa, vários produtores citaram que utilizam outras fontes de informação, como bolsas, corretores, programas rurais de TV e revistas especializadas do agronegócio.

Na hora de escolher a empresa na qual o produtor deposita sua produção, a escolha é baseada na localização do armazém, na segurança do pagamento e no melhor preço pago pelo produto. O produtor 15 citou que prefere depositar o trigo na cooperativa, pois tem mais segurança na comercialização, uma vez que a cooperativa tem mais facilidade de vender nos leilões oferecidos pelo Governo.

**Gráfico 11 – Fator para a escolha da empresa para comercialização**



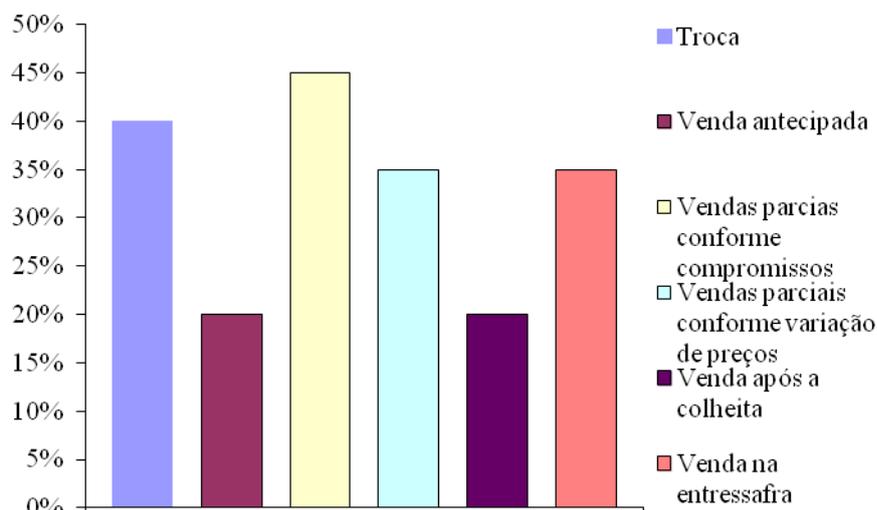
A realização das vendas não ocorre num único momento, mais de 75% dos entrevistados vendem sua produção de trigo em partes, dependendo das necessidades ou oportunidades oferecidas pelo mercado. Das vendas parciais efetuadas, 44% são conforme a variação de preços e 56% das vendas conforme seus compromissos.

Apenas 4 produtores afirmaram que vendem antecipadamente sua produção buscando recursos para fazer frente às despesas com a lavoura. O produtor 5 relatou “que prefere vender antecipado, pelo menos uma parte da produção, protegendo assim, o valor financiado da lavoura. A venda após a colheita também foi relacionada por poucos produtores, sobre este aspecto é interessante o relato do produtor 8” é muito difícil se vender toda a produção de

trigo logo após a colheita, pois nessa época, geralmente o trigo fica fora de mercado, e o produtor não tem outra opção, a não ser vender na entressafra”.

A comercialização por meio de troca de insumos por produtos é realizada por cerca de 40% dos entrevistados. Nesta modalidade, o produtor faz uma estimativa de quanto será necessário para o cultivo de determinada área, e assim o valor da compra de insumos para aquela lavoura, é transformada em sacas de trigo para pagamento na colheita do trigo. Essa modalidade de comercialização é uma forma de travar o custo de plantio, de modo, que o agricultor se previne de eventual flutuação da cotação do preço da saca de trigo. O gerente da Cooperativa 2 observou que no caso do trigo cerca de 60% das vendas são realizadas pela modalidade de troca, sendo maior essa modalidade de vendas quando da cultura da soja.

**Gráfico 12 – Forma de comercialização utilizada pelos produtores rurais entrevistados**



Na definição do preço de comercialização do trigo 60% dos produtores tomam como base o custo de produção. O custo de produção varia conforme a o tamanho da propriedade, o número de empregados, tecnologia empregada, entre outros fatores de produção. O conhecimento do custo operacional de produção da lavoura constitui-se em um atributo importante na tomada de decisão da venda da produção, garantindo uma margem de lucro mínima esperada (SEAB, 2011).

A maior dificuldade encontrada pelo produtor na venda da sua produção de trigo é o fato do preço do produto não ser suficiente para cobrir os custos da lavoura. Outras dificuldades apontadas foram a incerteza sobre a tendência do preço e o fato do produto ficar fora de mercado. Neste aspecto, há uma convergência entre os produtores, cooperativa e cerealistas, quanto à imprevisibilidade das variações do preço do trigo. Além da incerteza do preço, os gestores das cerealistas e cooperativas, também destacaram a baixa qualidade do

trigo nacional e a instabilidade das políticas públicas no setor, quando da compra do trigo nacional.

Um dos argumentos utilizados pela preferência dos moinhos de compra do trigo importado em detrimento ao trigo nacional é a falta de qualidade do trigo produzido no país. A baixa qualidade foi um das dificuldades apontadas pelos entrevistados sobre a dificuldade da compra e venda do trigo.

Porém, pode se observar que as cerealistas entrevistadas efetuam uma seleção do trigo a ser adquirido. O gestor da Cerealista 3 informou que a qualidade do trigo adquirido pela empresa é de boa qualidade. Segundo o mesmo, a empresa tem uma seleção rigorosa na recepção do trigo e somente recebe trigo melhorador fazendo uma parceria com seus fornecedores de grãos. O gestor do Moinho 1 “destacou que nos últimos anos a qualidade do trigo nacional tem melhorado, porém, as análises das amostras de trigo a ser adquirido são feitas em todos os lotes, sendo que aqueles que não atendem aos critérios de qualidade são descartados”.

O proprietário da cerealista 2 informou que alguns moinhos são mais rigorosos que outros quando da recepção de trigo. Alguns moinhos fazem classificação e análise dos lotes antes da compra e só adquirem trigo tipo grão. Segundo ele, o moinho 2, por exemplo, é mais flexível no tipo de grão a ser adquirido, recebendo tanto o trigo tipo pão, quanto o trigo tipo brando que é mais fraco. Talvez essa seleção menos rigorosa do trigo pelo moinho 2, ainda de acordo com o proprietário da cerealista 2, se deva ao fato da empresa atuar nos setores de farinhas, massas e biscoitos, que exigem tipos diferentes de qualidade de trigo.

A cerealista 1 tem parceria com seus fornecedores, indicando a variedade de semente a ser utilizada e que atenda a demanda dos moinhos. Essa prática de parceria mencionada pela cerealista 1 pode ser observada também com as demais cerealistas. Segundo o gestor da cerealista 3, “é feito um contrato com os nossos fornecedores, onde é definido a variedade e os manejos na lavoura para se obter qualidade do grão desejada. O agrônomo da nossa empresa avalia os campos de produção e caso ocorra alguma incidência por parte do produtor que vai abaixar a qualidade do grão essa área é descartada”.

Quando da compra do trigo pelas cooperativas e cerealistas, todos os entrevistados informaram que privilegiam o fator qualidade, deixando o fator preço num segundo plano. Na percepção do proprietário da cerealista 2 a qualidade do trigo é importante na hora de se negociar com os moinhos, sendo a diferença paga pelos moinhos pelo trigo bem significativa. Na opinião do proprietário da cerealista 3, “os dois andam lado a lado. A empresa pode optar

por comprar um trigo mais barato e, conseqüentemente de baixa qualidade, e misturar com um trigo de ótima qualidade. É feito uma avaliação dos preços dos dois acarretando um preço final, se este preço estiver dentro do praticado no mercado é realizada a compra.”

Na opinião do produtor 9 a principal dificuldade na comercialização e um dos desafios a serem vencido na cadeia produtiva é a segregação do trigo. Essa dificuldade também foi mencionada pelo proprietário da cerealista 2, segundo ele, as cooperativas são responsáveis por cerca de 70% do recebimento de trigo no Paraná. As cooperativas misturam todo o trigo recebido e, conseqüentemente, misturam trigo bom com trigo ruim. Quando da venda aos moinhos esse trigo não atende a qualidade exigida pelos moinhos, então esse trigo acaba sendo exportado como ração ou então, exportado para países pobres que não exigem tanto na qualidade do grão para a fabricação de farinhas.

O proprietário da cerealista 2 acrescenta:

O mundo dos negócios não está em sintonia com o mundo da pesquisa. As cultivares de trigo desenvolvida pelos pesquisadores, buscam atender as exigências de qualidade do produtor e não dos moinhos. Por exemplo, o produtor prefere uma variedade de semente que evite o acamamento ou então uma variedade, que tenha excelente rentabilidade e muitas vezes essa excelente variedade não vai dar ao produtor um trigo que o moinho quer adquirir”

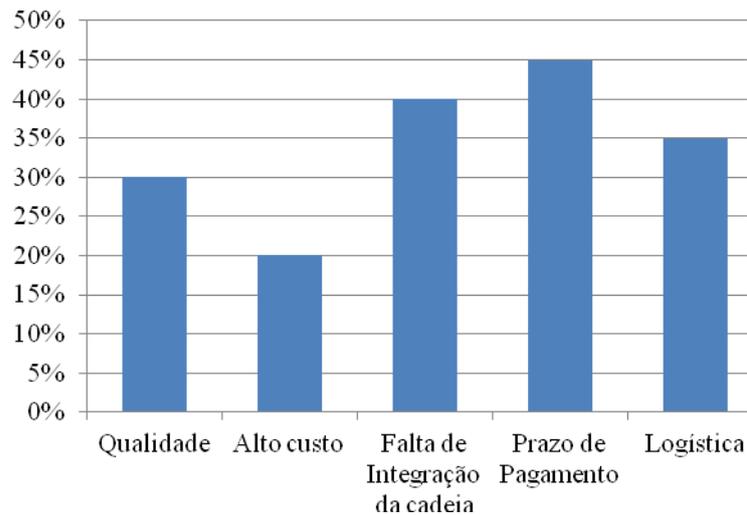
Segundo Rossi (2004), os atributos considerados na análise da qualidade do trigo, não são os mesmos nos diferentes elos da cadeia. Para o produtor rural, por exemplo, o trigo de qualidade é aquele com boas características agrônômicas. Para os moinhos, a qualidade superior será medida pela uniformidade e tamanho, alto peso específico, alto rendimento em farinhas e baixos teores de cinza e coloração adequada.

Na opinião do produtor entrevistado 16 a preferência dos moinhos pelo trigo nacional em detrimento ao trigo nacional, ocorre principalmente devido ao longo prazo de pagamento dados pelos exportadores aos moinhos na aquisição de trigo e a falta de uma logística adequada, com alto custo de transporte e logística em função das distancias entre os centros produtivos e os consumidores. De acordo com o produtor 18, “a logística do país é péssima, é mais barato trazer trigo importado do Canadá do que deslocar a produção do sul para o norte do país, na realidade uma vergonha para um país que tem sua balança comercial sustentada por exportações principalmente de produtos agrícolas.”

Para os moinhos a importação é mais atraente, em função da possibilidade de financiamento da importação, oferecidos pelo mercado internacional com taxas de juros

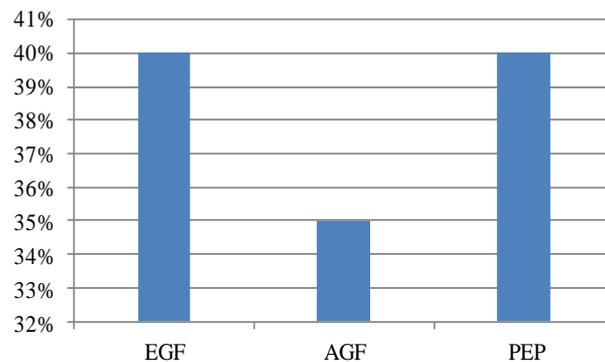
atrativas e prazo de pagamento de até 1 ano. Em contraste, está a comercialização do trigo nacional, que tem prazo máximo de pagamento de 30 dias com taxas de juros elevadas. (COLLE, 1998)

**Gráfico 13 – Fatores de preferência dos moinhos do trigo importado ao trigo nacional na ótica dos produtores**



O PEP é um instrumento de comercialização oferecido pelo Governo, com propósito de promover o escoamento de produção de uma região com excesso de oferta para outra região onde há escassez. Sobre os instrumentos de comercialização oferecidos pelo Governo Federal, 40% dos entrevistados já utilizaram o EGF, 35% já utilizaram AGF e 40% já venderam sua produção através dos leilões do Governo Federal via PEP. Apenas 30% dos entrevistados nunca utilizaram nenhuma forma de comercialização oferecida pelo Governo Federal.

**Gráfico 14 – Instrumentos de comercialização oferecida pelo Governo Federal utilizados pelos produtores entrevistados**



Sobre a importância dos instrumentos de comercialização oferecidos pelo Governo, o produtor 11 citou o EGF, segundo este produtor, “como o trigo na época de vencimento do custeio da lavoura está geralmente com preço baixo e muitas vezes fora de mercado, costume fazer EGF, para segurar o produto e vendê-lo na entressafra”. Apenas o gestor da cerealista 4 informou que não vê importância nos instrumentos de comercialização oferecidos pelo Governo. O Gestor da cooperativa 1 relatou que nas safras 2008/2009 e 2009/2010, boa parte da venda do trigo colhido, só foi possível devido os leilões de PEP.

Essa importância dos leilões de PEP pode ser mais bem entendida no relato da Síntese Anual EPAGRI (2011, p 162), referente à safra 2009/2010:

[...] Embora os leilões do governo não tenham sido suficientes para recuperar as cotações no mercado – que permaneceram reprimidas, sequer cobrindo os custos de produção – eles garantiram o escoamento da produção (especialmente do produto de qualidade baixa, prejudicado pelo excesso de chuvas), assegurando preços mínimos aos produtores e cotações atrativas para a indústria em relação ao mercado internacional, abrindo espaço para uma melhora nos preços, sobretudo para os grãos de melhor qualidade durante a entressafra.

No questionamento aos produtores sobre quais os principais entraves para a comercialização do trigo atualmente foram citados vários fatores, como falta de política agrícola adequada, falta de liquidez no momento pós colheita, desarticulação da cadeia produtiva, grande exigência na qualidade do grão e a falta de garantia de um preço mínimo. O produtor 9 citou a concorrência desleal do trigo importado entrando no país com preços e prazos generosos sem interferências de barreiras governamentais.

A falta de uma política adequada de preços mínimos foi um dos desafios mais citados pelos produtores, de acordo com o produtor 8, “Deveria haver uma melhor definição pelo governo do preço mínimo, que pelo menos cobrisse os custos de produção, além disso, diminuição da tributação para baixar o custo de produção dando mais segurança para o produtor. Ainda segundo o mesmo produtor,” o trigo é a melhor opção de cultura de inverno, para a região de Londrina. Nós temos clima favorável para o desenvolvimento do grão, não ocorrendo geadas moderadas e fortes com uma quantidade de chuvas adequada para a cultura. “Outros problemas de produção, como pragas, doenças e manejo adequado, são normais a qualquer cultura e fazem parte do meio agrícola e variam de acordo com a habilidade de cada agricultor”

A seguir citam-se algumas dos principais problemas identificados pelos entrevistados na cadeia produtiva do trigo:

Alto risco climático- A região de Londrina possui um clima propício para o plantio de trigo, porém a instabilidade climática é um fator que o produtor não pode controlar e que pode afetar a qualidade do produto. As chuvas excessivas na colheita, geadas no espigamento, ocorrências de doenças devido às variações climáticas, são riscos e problemas que o produtor tende a enfrentar. Assim, a falta de qualidade do grão diminui o preço pago ao produtor, além disso, há um aumento do custo da lavoura devido à necessidade de um maior gasto com defensivos.

Custo de Produção - De acordo com os produtores entrevistados, o custo de produção do trigo é alto e o preço pago muitas vezes é inferior ao custo. Se compararmos o custo de produção interno é superior aos produtores estrangeiros, pois esses recebem concessões de elevados subsídios pelos governos de seus países. O custo elevado do transporte e logística do grão, também é um dos problemas identificados.

Política de Trigo – O Governo tem sido ineficaz no sentido de estabilizar a oferta e os preços internos, não havendo uma política agrícola que garanta renda ao produtor de trigo.

Condições diferenciadas para o Trigo Importado – o trigo argentino tem vantagem competitiva em relação ao trigo nacional. Os fatores que estimulam a importação do produto pelos moinhos são o maior prazo de pagamento dos embarques do trigo importado e a melhor homogeneidade do grão argentino. Dessa maneira os produtores nacionais, ficam em grandes desvantagens no momento da negociação.

Qualidade do trigo – A indústria de transformação do trigo quer trigo com diferentes qualidades para utilização em diferentes produtos e cada vez mais exige produtos com padrão de qualidade. Apesar da região norte do Paraná produzir a maior quantidade de trigo demandada pela indústria de panificação, como não ocorre a segregação do trigo, essa mistura dos grãos causa a baixa qualidade do trigo refletindo nos preço pago ao produtor.

Os desafios a serem enfrentados na cadeia tritícola, seria o estabelecimento de políticas com o objetivo de reduzir os custos da produção do trigo no Brasil, estimular a pesquisa em cultivares adequadas aos requisitos de qualidade requeridos pela indústria de moagem, segregar o trigo nas cooperativas e cerealistas e organizar/integrar a competitividade de toda a cadeia do trigo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trigo é um alimento básico para a humanidade, e por isso tem importância estratégica em todo o mundo, como fator de segurança nacional. Embora o Brasil tenha quase chegado à auto-suficiência na década de 80, a abertura comercial e a redução da intervenção governamental no setor, fez com que ocorresse uma desestruturação no setor, causando uma dependência externa do cereal. Atualmente o Brasil é o segundo maior importador mundial de trigo, seu consumo interno chega aos 10 milhões de toneladas. Assim, essa expressiva dependência externa, em um alimento básico para a população, é um risco que o Brasil tem assumido.

Deve-se destacar que Estado do Paraná é o maior produtor do trigo brasileiro e desde 1979 mantém a liderança na produção de trigo no Brasil. O norte do Estado é a principal região produtora, sendo que o município de Londrina tem posição de destaque na produção desse grão, com condições privilegiadas de solo e clima, que permite elevada produtividade média por hectare.

O trigo é uma alternativa de cultura de inverno, com grande importância econômica e social e ambiental. Como importância econômica, podemos destacar o fato de ser uma cultura que agrega renda ao produtor, aumenta a competitividade tanto do milho como da soja na sucessão de culturas, viabiliza a rotação de culturas reduzindo o risco de invasão de plantas daninhas, dilui custos fixos da propriedade e racionaliza o uso da estrutura de armazenamento. Como importância social o trigo aumenta a renda do produtor, contribuindo para sua fixação no campo, e garante o fornecimento de trigo substituindo as importações, sendo um aspecto importante para a segurança alimentar do país. No aspecto ambiental o trigo é uma excelente cultura de cobertura de solo e contribui para a qualidade do solo e auxilia na redução de erosão.

Contudo, apesar de todos os benefícios que a cultura deste grão traz aos produtores, a dificuldade de comercialização do grão tem levado muitos produtores a optar por substituir a lavoura de trigo pela lavoura de milho safrinha, que é mais arriscada para a região de Londrina, porém tem melhor liquidez na comercialização.

Na visão dos produtores, a falta de uma política de preços mínimos, os subsídios dados ao trigo importado, nos países de origem e a logística onerosa são um dos fatores principais na preferência dos moinhos pelo trigo importado. Outro causador da dificuldade de comercialização do trigo nacional é a qualidade. O trigo importado é mais homogêneo e de

melhor qualidade, e no Brasil nem sempre a cultivar a ser plantada pelo agricultor é a que o mercado quer adquirir.

Em se tratando de cadeia produtiva, notou-se que os agricultores são os que tem menos poder sobre o mercado e enfrentam mais dificuldades na cadeia do trigo.

A partir de 2012, o setor terá que se adequar aos novos parâmetros para a classificação do trigo, mais exigentes que os atuais. O trigo será classificado em três tipos conforme o peso do hectolitro (ph) com limites máximos de tolerância de defeitos e em cinco classes: melhorador, pão, uso doméstico, básico ou outros usos. Essa classificação permitirá determinar se a farinha obtida a partir de uma cultivar de trigo serve para fabricar, por exemplo, pães, massas ou biscoitos. Essa classificação servirá para as políticas de apoio a comercialização do Governo Federal, bem como classificar o trigo importado, aumentar a remuneração do produto de melhor qualidade e melhorar a segregação do produto. A partir de 2015 a tipificação será ainda mais rigorosa. Todas essas medidas visam aumentar a competitividade brasileira na produção de trigo (EPAGRI, 2011).

Então o grande desafio, é conhecer as necessidades do mercado, ou seja, direcionar a produção de trigo, visando obter trigo competitivo, perante um padrão de qualidade exigido pelos moinhos. Pois quem apresentar o trigo no padrão de qualidade adequado ao mercado, sempre terá demanda, visto que o déficit entre a produção e o consumo no Brasil é enorme.

## REFERÊNCIAS

ABIMA, Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias. Disponível em < <http://www.abima.com.br/>>. Acesso em 19/02/2011.

ABITRIGO, Associação Brasileira da Indústria do Trigo. Disponível em <http://www.abitrigo.com.br/>. Acesso em: 19 de fevereiro 2011.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2005

BATALHA, M. O., SILVA, A. L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo, Atlas, 2001.

BENINI, R.A.C.; BACHA, C.J.C. **Análise das Políticas Públicas para Produção e Abastecimento de Trigo no Brasil**. Anais do XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/15/1063.pdf> >. Acesso em 30/03/2011

BITENCOURT, M.A.; BARCZSZ, S.S.; ANDRADE, A.A. **Análise da PGPM no mercado Brasileiro de algodão em pluma, milho e trigo, utilizando como instrumentos de intervenção a AGF, Contrato de Opção, PEP e PEPRO**. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/694.pdf>>. Acesso em 31/03/2011

BORN, Rubens; Gunn, Lisa. **Promessas e riscos da OMC: para quem valeria o “sucesso” ou fracasso da reunião ministerial de Cancun?** 5ª Reunião Ministerial da OMC Cancun.2001.

BRAUN, Mirian Beatriz Schneider; STADUTO, Jefferson Androceu Ramundo; SARACINI, Terezinha. **Política Comercial e a Inserção Brasileira e Paranaense no Mercado Agrícola Internacional**. In: CUNHA, Marina Silva da; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. **Agronegócio Paranaense: Potencialidades e Desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002

BRUM, A.L. HECK, C.R. **A Economia do Trigo no Rio Grande do Sul: Breve Histórico do cereal na Economia do Estado**, Análise, Porto Alegre, v.16 n.1 p.29-44, jan/jul.2005. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/263/212>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2011

BRUM, A.L.; MULLER, P. K. **A realidade da cadeia do trigo no Brasil: o elo produtores/cooperativas**. RER, Rio de Janeiro, vol 46, nº 01, p.145 -169, 2008.

BRUM, A.L.; MULLER, P.K.. **O comercio Internacional e a cadeia produtiva do trigo no Brasil**. Porto Alegre 2004.

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V.; HOEFLICH, V. A. **Curso sobre prospecção de cadeias produtivas**. Florianópolis: UFSC/ Embrapa/Senar, 2000.

CAFÉ, S.L.; FONSECA, P. S. M.; AMARAL, G. F.; MOTTA, M.F.S.R.; ROQUE, C.A.L.; ORMOND, J. F.P. **Cadeia produtiva do Trigo**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.18, p 193-220, 2003.

CARMO, A.G. **O problema nacional da produção de trigo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911. 324p. In: TOMASINI, R.G. A; AMBROSI, Ivo. **Aspectos Econômicos da cultura de Trigo**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.2, p.59-84, maio/ago. 1998. Disponível em < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n204.pdf>>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2011

COLLE, C.A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil: contribuição para a geração de emprego e renda**. 1998. 160 p. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONAB, **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em < <http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em 30 de março de 2011.

CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; CONCEIÇÃO, P. H. Z.. **A NECESSIDADE DE UMA NOVA POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para discussão, 1440)

CONCEIÇÃO, J.C.P.R. **POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS EA QUESTÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR**. BRASÍLIA: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 993)

CUNHA, G. R; (Org.). **Trigo no Brasil Coletânea de Artigos**. Embrapa Trigo: Passo Fundo, 2000.

DOTTO, S.R.; BRUNETTA D. **Trigo no Paraná: Visão Histórica, Situação Atual e Perspectivas**. In CUNHA, G. R; (Org.). **Trigo no Brasil Coletânea de Artigos**. Embrapa Trigo: Passo Fundo, 2000.

DELGADO, GUILHERME COSTA; CONCEIÇÃO, JÚNIA C.P.R. **POLÍTICAS DE PREÇOS AGRÍCOLAS E ESTOQUES DE ALIMENTOS: origens, situação atual e perspectivas**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.108, p.25-32, bjan./jun. 2005.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. História do Trigo no Brasil. Disponível em < [http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod\\_pai=6&op\\_page=91](http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=6&op_page=91)>. Acesso em 24 de março de 2011

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em <http://www.cnpt.embrapa.br/>. Acesso em 30 de março de 2011

EPAGRI, **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**, Disponível em <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 18/04/2011

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGGIAN, R.C.; FELIPE, F.I. Aspectos da competitividade da cadeia tritícola no Brasil e na Argentina. Anais do XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre

MAPA, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010. Disponível em <[http://www.abitrigo.com.br/legislacao/IN\\_38\\_MAPA.pdf](http://www.abitrigo.com.br/legislacao/IN_38_MAPA.pdf)>. Acesso em: de fevereiro 2011.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: edição compacta**. São Paulo. Atlas, 1996.

MORAES, J.L.P. **O Trigo, a sua fase de comercialização estatal no Brasil e a participação do Banco do Brasil S/A nesse contexto**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Monografia. Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, M.C.; CARVALHO, E.; REGUEIRA, J.A.F; OLIVEIRA, B.C. de; **Reflexos na lucratividade das indústrias da dependência de insumos importados: Um estudo de caso do setor moageiro de trigo**. REAd – Edição 54 Vol 12 Nº6 nov-dez 2006

PEDRO, J.J. CALSAVARA A. R.; PROTIL R.M. **Políticas Governamentais e a coordenação da cadeia de trigo no Brasil**. Anais do XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/15/952.pdf>>. Acesso em 10/02/2011

PEROSA, Bruno Benzaquem; PAULILLO, Luiz Fernando. **Novas formas de coordenação setorial em cadeias agroindustriais após 1990: o caso dos elos tritícola e moageiro brasileiros** *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 85-98, jan.-mar. 2009.

QUEIROZ, J.A.C. **Análise da indústria moageira brasileira: um estudo em empresas no sudeste brasileiro.** 2001. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília.

ROSINHA, R.C. Temos condições para produzir Trigo no Brasil? In. CUNHA, G. R; (Org.). **Trigo no Brasil Coletânea de Artigos.** Embrapa Trigo:Passo Fundo,2000.

ROSSI, Ricardo. **Caracterização e Coordenação de Sistemas Produtivos: o caso do trigo no Brasil.** 2004. 141 f. Dissertação (Departamento de Economia, Administração e Contabilidade) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCHMIDTKE, C. R. ; BRAUN, M. B. S. . A Agricultura Brasileira no Comércio Internacional: O Caso do Paraná. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. RIBEIRÃO PRETO : FEARP/USP, PENSA/USP, 2005. p. 1-331.

SEAB. **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.** Disponível em < [http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/trigo\\_relato\\_2009\\_10.pdf](http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/trigo_relato_2009_10.pdf)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2011

TOMASINI, R.G. A; AMBROSI, Ivo. **Aspectos Econômicos da cultura de Trigo.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.2, p.59-84, maio/ago. 1998. Disponível em < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n204.pdf>>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2011

ZYLBERSTAJN, D. **Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial.** In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia & gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2.000. cap. 1.

## ANEXO A – INSTRUMENTO DE PESQUISA – PRODUTORES RURAIS

Prezado Produtor (a) Rural,

Solicitamos sua importante colaboração no sentido de responder às seguintes questões, que servirão de embasamento e análise para a elaboração da monografia do curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Financeiros (UFRGS).

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Tamanho da área da propriedade: \_\_\_\_\_ ha

Número de pessoas que moram na propriedade: \_\_\_\_\_

1. Qual a área de trigo cultivada pelo Sr. (a) na safra:

Safra	Área (ha)
2008	
2009	
2010	
2011	

2. Qual sua média de produção de trigo anual?

3. Quais as demais fontes de renda que o senhor possui? Poderia citar o percentual de cada atividade, inclusive da produção de trigo?

4. Qual(is) as razões da escolha de se plantar trigo? (escolha as cinco (5) principais)

- Crédito
- Proagro
- Mercado favorável
- Melhor aproveitamento de máquinas e mão de obra
- Utilização do sistema de plantio direto
- Por ser excelente cultura de cobertura do solo ( cultura que melhora a qualidade do solo/manejo de plantas daninhas)
- Rotação de cultura
- Alta rentabilidade da lavoura de trigo comparada a outras lavouras de inverno
- Propicia economia de insumos para as culturas de verão

( ) Não tem outra opção de cultura de inverno (zoneamento agrícola)

5. De que forma a produção é financiada? (após a escolha, justifique sua resposta)

( ) Com investimento de capital próprio ( ) Com financiamento de bancos comerciais

Justificativa: \_\_\_\_\_

6. Se há financiamento de terceiros, por qual meio ele obtido?

- ( ) Cooperativas
- ( ) Banco do Brasil
- ( ) Outras Instituições Financeiras
- ( ) Cerealistas
- ( ) Tradings

7. O senhor é membro de alguma associação agrícola ou cooperativa? Se sim, há vantagens em fazer parte deste sistema?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8. Quais os principais desafios da produção do trigo atualmente?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Agora vamos falar sobre a comercialização do trigo:**

9. Para quem o sr.(a) vende sua produção?

- ( ) Cooperativas
- ( ) Moinhos
- ( ) Outros compradores
- ( ) Beneficiadora de sementes
- ( ) Cerealistas
- ( ) Tradings

10. A empresa escolhida é em função de?

- ( ) Melhor preço
- ( ) Parceria
- ( ) Localização do Armazém
- ( ) Segurança no pagamento

11. Em que condições o Sr.(a) vende sua produção? (assinale se for o caso e informe o percentual da produção vendida por modalidade)

- Troca de insumos x produto - \_\_\_\_\_ %
- Venda antecipada \_\_\_\_\_%
- Vendas parciais, após a colheita, conforme os compromissos \_\_\_\_%
- Vendas parciais, após a colheita, conforme variação de preços \_\_\_\_%
- Venda de toda a produção, logo após a colheita \_\_\_\_\_%
- Venda na entressafra \_\_\_\_\_%

12. Qual (is) a (s) fonte (s) de informação (ões) que o Sr. (a) utiliza (m) para definir o preço de comercialização do trigo?

- Cooperativa (s)
- Assistência Técnica
- Preços de venda da safra passada
- Revenda de Insumos
- Jornal (is)
- Custo de Produção
- Outros. Qual?

13. Quais as dificuldades o Sr. (a) enfrenta na hora de vender sua produção de trigo? (numere começando da maior dificuldade)

- Incerteza sobre a tendência do preço
- Preço pago não cobre os custos
- Não há compradores ( produto fora de mercado)
- Câmbio
- Outras dificuldades (citar)\_\_\_\_\_

14. O Sr. (a) já utilizou alguns destes instrumentos de apoio a comercialização oferecida pelo Governo Federal?

- EGF – Empréstimo do Governo Federal
- AGF – Aquisição do Governo Federal
- PEP – Prêmio para Escoamento de Produção
- PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor

15. Em sua opinião como o governo deveria incentivar o cultivo de trigo:

- Melhorar a política de preços mínimos
- Garantir o preço mínimo
- Oferecer um seguro de preços
- Melhorar o seguro climático

- Desestimular a importação do trigo
- Incentivar a pesquisa

16. Em sua opinião, quais os fatores que estão ligados a preferência dos moinhos, do trigo importado em detrimento do trigo nacional?

- Falta de qualidade do grão nacional
- Preço elevado do trigo nacional (alto custo da lavoura)
- Falta de integração da cadeia produtiva
- Prazo de pagamento
- Logística ( moinhos localizados no nordeste, enquanto o trigo é produzido no sul)

17. Indique quais os fatores negativos mais interferem na decisão de se plantar ou não a lavoura de trigo? (numere começando pelo de maior dificuldade):

- Risco climático
- Alto custo de produção ( insumos)
- Tributação
- Concorrência do trigo importado
- Infra estrutura deficiente ( armazenagem e logística)
- Custo elevado do seguro agrícola
- Altas taxas de juros
- Comercialização
- Qualidade do trigo exigida pelos moinhos

18. Diante disso pergunto, na sua opinião, quais os principais entraves para a comercialização do trigo para o agricultor atualmente?

---

---

---

ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA – CEREALISTAS/COOPERATIVAS

Solicitamos sua importante colaboração no sentido de responder às seguintes questões, que servirão de embasamento e análise para a elaboração da monografia do curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Financeiros (UFRGS).

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

1. Como a sua empresa vende o trigo?

- Moinho
- Tradings
- Empresas exportadoras
- Industrias de ração

2. Quais as dificuldades encontradas na compra do trigo nacional? (numere começando pelo de maior dificuldade)

- Baixa qualidade do trigo
- Incerteza do preço
- Incerteza da oferta
- Instabilidade das políticas governamentais para comercialização
- Despesas com logística
- Curto prazo para pagamento

3. A qualidade do trigo adquirido tem atendido as demandas de sua empresa?

4. Existe algum plano de ação com os fornecedores de forma a melhorar a qualidade do trigo a ser comprado?

5. Vocês privilegiam o fator preço ou qualidade?

6. Em sua opinião, quais os fatores que estão ligados a preferência dos moinhos, do trigo importado em detrimento do trigo nacional?

- falta de qualidade do grão nacional
- preço elevado do trigo nacional (alto custo da lavoura)

- falta de integração da cadeia produtiva
  - Prazo de pagamento
  - Logística
7. Os instrumentos de comercialização oferecidos pelo Governo (EGF, PEP, AGF, PROP, LEC) são eficientes?  sim  não
8. Em sua opinião como o governo deveria incentivar o cultivo de trigo:
- Melhorar a política de preços mínimos
  - Garantir o preço mínimo
  - oferecer um seguro de preços
  - Melhorar o seguro climático
  - Desestimular a importação do trigo
  - Incentivar a pesquisa

## ANEXO C – INSTRUMENTO DE PESQUISA – MOINHOS

Solicitamos sua importante colaboração no sentido de responder às seguintes questões, que servirão de embasamento e análise para a elaboração da monografia do curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Financeiros (UFRGS).

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

|

1. Por quais meios a sua empresa adquire o trigo? (assinale se for o caso e indique a porcentagem aproximada de trigo comprada)
  - ( ) Diretamente do produtor Rural \_\_\_\_%
  - ( ) Cooperativas \_\_\_\_%
  - ( ) Cerealistas \_\_\_\_%
  - ( ) Tradings (trigo importado) \_\_\_\_%
  
2. Qual o percentual de trigo adquirido:
  - Nacional: \_\_\_\_\_
  - Importado: \_\_\_\_\_
  
3. Quais as vantagens encontradas na compra do trigo nacional?
  
4. Quais as dificuldades encontradas na compra do trigo nacional? (enumere começando pela maior dificuldade)
  - ( ) Baixa qualidade do trigo
  - ( ) Incerteza do preço
  - ( ) Incerteza da oferta
  - ( ) Instabilidade das políticas governamentais para comercialização
  - ( ) Despesas com logística
  - ( ) Curto prazo para pagamento
  - ( ) outros: \_\_\_\_\_
  
5. Em sua opinião, quais os fatores que estão ligados a preferência dos moinhos, do trigo importado em detrimento do trigo nacional?
  - ( ) falta de qualidade do grão nacional
  - ( ) preço elevado do trigo nacional (alto custo da lavoura)
  - ( ) falta de integração da cadeia produtiva
  - ( ) Prazo de pagamento
  - ( ) Logística
  
6. Quais as características primordiais do trigo exigidas pela empresa para sua compra?

7. Existe algum plano de ação com os fornecedores de forma a melhorar as características exigidas pela empresa?
8. Os instrumentos de comercialização oferecidos pelo Governo (EGF, PEP, AGF, PROP, LEC) são eficientes? ( ) sim ( ) não
9. Em sua opinião como o governo deveria incentivar o cultivo de trigo:
- ( ) Melhorar a política de preços mínimos
  - ( ) Garantir o preço mínimo
  - ( ) oferecer um seguro de preços
  - ( ) Melhorar o seguro climático
  - ( ) Desestimular a importação do trigo
  - ( ) Incentivar a pesquisa